

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

DEBORAH CRISTINA ALVES

A INFLUÊNCIA LABLACHIANA NO ORDENAMENTO TERRITORIAL:
A PRIMEIRA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

Uberlândia–MG

2023

DEBORAH CRISTINA ALVES

A influência *Lablachiana* no ordenamento territorial:

A primeira divisão regional do Brasil

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Rita de Cássia Martins de Souza

Uberlândia–MG

2023

DEBORAH CRISTINA ALVES

A influência *Lablachiana* no ordenamento territorial brasileiro:

A primeira divisão regional do Brasil

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel, em Geografia

Área de concentração: Geografia Humana

Uberlândia, 15 de junho de 2023

Banca Examinadora:

Professora Dra. Rita de Cássia Martins de Souza (orientadora) – UFU

Professora Me. Rosimeire Petrucci – UFU

Professor Me. Mauricio Aquilante Policarpo – UFU

Aos meus pais, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

“*Isto soa tão enfadonho!*” Foi o que constatei ao consultar pela primeira vez a grade curricular do curso de Geografia e ler *História do Pensamento Geográfico*.

Pois bem, aqui estou – uma graduação depois – orgulhosíssima em apresentar os resultados de meus estudos e pesquisas. Aqui estou, contentíssima por ter produzido um trabalho acerca de uma temática que tanto me instiga. Aqui estou, felicíssima em dizer que estava completamente errada. Aqui estou, falando sobre *História do Pensamento Geográfico*. Como diria o dito popular, aqui estou, “pagando língua” (jubilosamente, diga-se de passagem!).

Meus agradecimentos iniciais são, desse modo, dirigidos à professora Rita, aquela responsável por fazer com que eu me apaixonasse por essa disciplina. Agradeço pelos incontáveis ensinamentos, dedicação e atenção. Agradeço pelas horas que passamos discutindo conteúdos que insistiam em não entrar em minha cabeça, agradeço pelos conselhos que me deu. Você é uma profissional, uma mulher admirável. Muitíssimo obrigado!

Devo infinitos agradecimentos à mamãe, papai e tia Meirinha. Eu não seria nada, ninguém sem vocês. Obrigado por serem meu porto seguro, obrigado por não terem permitido que eu desistisse, obrigado por não terem deixado que eu esquecesse quem eu sou, obrigado por todo o suporte e amor. Eu amo vocês infinitamente. Muitíssimo obrigado!

Fui, pela Geografia, agraciada com amigadas que quero levar para vida. Não poderia deixar de agradecê-las. Obrigado Matheus Costa, obrigado Henrique Vian, obrigado Amanda Almeida, obrigado Rosimeire Petrucci, obrigado Mauricio Policarpo, obrigado Lucas Bittencourt, obrigado Adriano Silva! Obrigado pelas inseguranças e choros compartilhados, obrigado pelas risadas, obrigado ensinamentos e experiências, obrigado pelas fofocas. Graças a vocês essa experiência foi incrível, muitíssimo obrigado!

C'est le temps que tu as perdu pour ta rose qui fait ta rose si important!

(Le Petit Prince – Antoine de Saint-Exupéry).

O espaço e o tempo estão interligados. Não podemos olhar para o espaço à frente
sem olhar para trás no tempo.

Carl Sagan

RESUMO

O engendramento de um conjunto de fatores e circunstâncias – internas e externas –, no decurso do século XIX, possibilitou o estabelecimento de uma nova conjuntura política, tecnológica, psicocultural e social no Brasil. Essa conjuntura promoveu, já no alvorecer do século XX, a articulação das bases que sustentaram a constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro. A promoção desse projeto foi iniciada no Governo Vargas (1930-45) que – despendendo esforços no sentido de promover a constituição do aparelho político-estatal brasileiro – buscou, a partir da instrumentalização dos mecanismos de gestão territorial, reunir em torno da esfera estatal o controle da administração nacional (outrora compartilhada com as oligarquias regionais). A elaboração da primeira divisão regional do território brasileiro insere-se nesse contexto. Destarte, o presente trabalho presta-se à análise dos aspectos e intencionalidades que subjazem à essa regionalização (proposta por Macedo Soares - IBGE em 1942), buscando avaliar se houve uma certa influência das proposições lablachianas de “região”, presentes no Brasil no período.

Palavras-chave: Pensamento Geográfico; Região/Regionalização; Território brasileiro; Vidal de La Blache/Macedo Soares.

ABSTRACT

The engenderment of a set of factors and circumstances - internal and external - during the 19th century made it possible to establish a new political, technological, psychocultural and social conjuncture in Brazil. This conjuncture promoted, already at the dawn of the 20th century, the articulation of the bases that supported the constitution of industrial capitalism and of the Brazilian capitalist State. The promotion of this project was initiated in the Vargas Administration (1930-45), which – making efforts to promote the constitution of the Brazilian state political apparatus – sought, through the instrumentalization of the territorial management mechanisms, to gather the control of national administration (previously shared with regional oligarchies) around the state sphere. The elaboration of the first regional division of the Brazilian territory is part of this context. Thus, the present study analyzes the aspects and intentionalities that underlay this regionalization (proposed by Macedo Soares - IBGE in 1942), seeking to evaluate whether there was a certain influence of the Lablachian propositions of “region”, that were present in Brazil in the period.

Keywords: Division; Regionalization; Territory; Vidal de La Blache/Macedo Soares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: América Lusitana, 1574	14
Figura 2: Relação donatário das Capitanias Hereditárias, séculos XVI e XVII (1868)	17
Figura 3: Mapa do Império do Brasil, 1868	19
Figura 4: Queima de cafezais, Santos-SP	22
Figura 5: Posse de Getúlio Vargas como presidente da República, 1930	25
Figura 6: Instalação solene do Serviço de Coordenação Geográfica do IBGE, 1938	26
Figura 7: Primeira direção do IBGE	33
Figura 8: Fachada do edifício onde funcionaram as primeiras instalações da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC-USP)	35
Figura 9: Missão francesa. Professores franceses reunidos para comemorar o sucesso da missão	37
Figura 10: Mapa do Brasil, 1950	38
Figura 11: Mosaico das principais propostas de regionalização do Brasil no início do século XX	43
Figura 12: Modelo da divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho	55
Figura 13: Cartografia apresentada na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBG	Conselho Brasileiro de Geografia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
PRP	Partido Republicano Progressista
SGEF	Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica
SGEF	Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica
UGI	União Geográfica Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
CONTEXTO HISTÓRICO NO QUAL EMERGE A PRIMEIRA DIVISÃO OFICIAL TERRITÓRIO BRASILEIRO	15
1.1 O ordenamento territorial brasileiro até o século XIX: alguns apontamentos	15
1.2 As transformações na sociedade brasileira: O remodelamento das forças políticas e econômicas no transcorrer do século XX	20
CAPÍTULO II	
A CONSTITUIÇÃO DO APARELHO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO VARGAS	27
2.1 O Governo Vargas e a organização do Estado capitalista brasileiro: A burocratização e centralização do poder político-administrativo enquanto insígnia do projeto de organização de um Estado Moderno	27
2.2 Criação, modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística e geográfica no Brasil	31
CAPÍTULO III	
A PRIMEIRA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL: O EMPREGO DA ABORDAGEM VIDALIANA ENQUANTO INSTRUMENTAL DE PROMOÇÃO DOS INTERESSES DA CLASSE DIRIGENTE	39
3.1 A perspectiva espacial na elucidação das dimensões histórico-territoriais: uma breve síntese do caso brasileiro	39
3.2 A Geografia Lablachiana como instrumento de promoção dos interesses da classe dirigente no contexto articulação da primeira divisão regional brasileira	41
CONCLUSÃO	60
BIBLIOGRAFIA	63

INTRODUÇÃO

Mas por quê: *A influência lablachiana no ordenamento territorial: a primeira divisão regional do Brasil?*

O desenvolvimento deste trabalho coloca em perspectiva a reflexão acerca dos aspectos e intencionalidades que subjazem à articulação do ordenamento territorial brasileiro. A primeira divisão regional do Brasil, oficializada através da Circular Nº. 1 de 31 de janeiro de 1942 da Secretaria da Presidência da República, constitui-se como objeto da análise pretendida. Elaborada por Delgado de Carvalho em 1913, essa regionalização foi selecionada, dentre um conjunto plural de propostas, pela Divisão de Geografia – unidade do Conselho Nacional de Geografia (CNG-IBGE) –, sob direção do engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães, como aquela que viria a ser o primeiro modelo de divisão regional oficial do território brasileiro.

Essa regionalização que emerge no contexto do Estado Novo, é produto do ensejo de um amplo debate no meio militar e acadêmico sobre a questão da divisão territorial após as transformações na organização do espaço brasileiro decorrentes da Revolução de 1930. Nesse período – que teve como insígnia a constituição do capitalismo industrial no País e do Estado capitalista brasileiro –, foram despendidos esforços, sob a liderança do Presidente Getúlio Vargas, no sentido de possibilitar o adentramento do Brasil na Modernidade.

O conceito de modernidade, central no pensamento científico brasileiro do século XX, se fez amplamente presente na análise do espaço. Entendia-se como pressuposto do processo modernizante a reorganização, a ocupação e a instrumentalização do território nacional. Modernizar implicava na valorização do espaço. Caberia à regionalização promover o arcabouço conceitual, teórico e metodológico de uma divisão que fundamentasse a análise espacial, promovendo a adequada apreensão e interpretação do território. Esse conhecimento visava subsidiar e orientar o planejamento.

Interessa-nos compreender como se procedeu essa interpretação. Partindo-se do princípio de que ela atendeu às demandas e aos reclames impostos pela classe dirigente, analisaremos os pressupostos teórico-metodológicos – apresentados em artigo científico, intitulado “*Divisão Regional do Brasil*”, publicado na Revista Brasileira de Geografia (1941) e assinado por Fábio de Macedo Soares Guimarães – que orientaram a seleção do modelo regional desenvolvido por Delgado de Carvalho.

Esse exame tem como perspectiva verificar se cabedal teórico-metodológico inscrito na escola lablachiana serviu enquanto instrumental conceitual para a articulação de uma base de divisão do território que garantisse a promoção e resguardo dos interesses da classe dirigente. A denominada *Escola Lablachiana de Geografia*, chamada por L. Febvre de Possibilista, compreende que o meio físico promove um conjunto de possibilidades ao Homem no que se refere ao exercício das atividades humanas e que este possui liberdade de escolha na relação desenvolvida com a natureza. Fundada por Paul Vidal de La Blache a *Escola Possibilista* fundamenta-se no princípio da “objetividade” e condena a vinculação entre pensamento geográfico e interesses políticos.

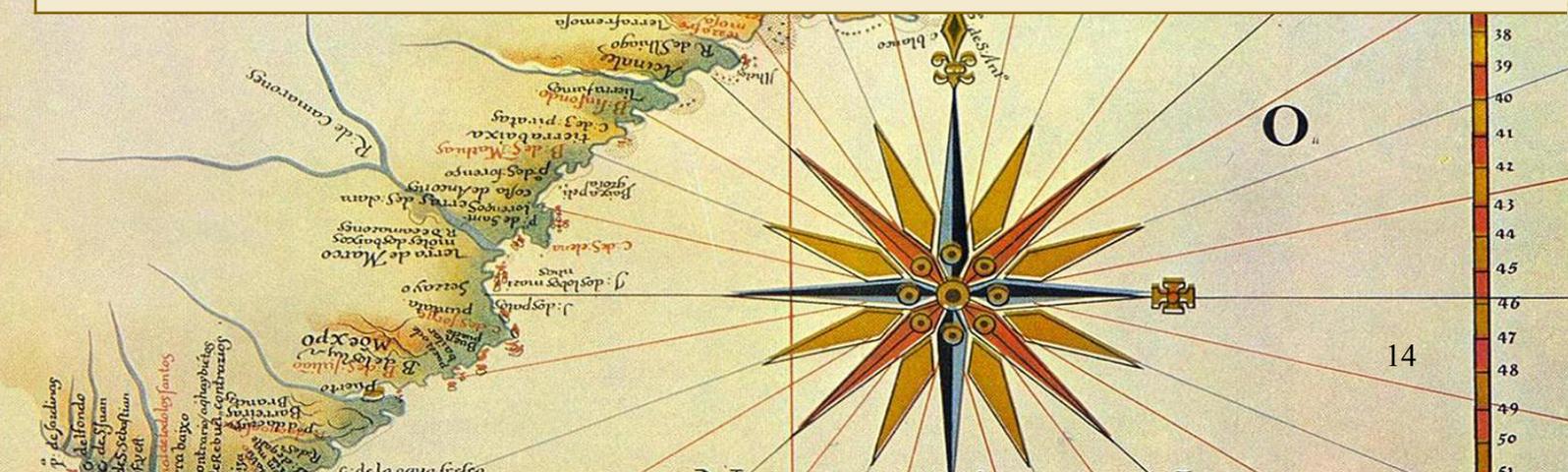
A reflexão aqui proposta objetiva, portanto, examinar se e como fundamentos teórico-metodológicos inscritos em uma determinada Escola Geográfica, ainda que transvestidos por uma análise espacial que se diz despretensiosa e desvinculada de interesses políticos, serviram aos interesses da classe dirigente.

CAPÍTULO I



Este mapa do cartógrafo português Luis Teixeira, elaborado em 1574, mostra a América Lusitana com base no Tratado de Tordesilhas, após 1548, quando a Bahia foi transformada em Capitania Real. Note que existem grandes distorções, principalmente ao sul. Contudo, este é um mapa que define as terras acordadas na época entre Portugal e Espanha. Este mapa é parte da obra *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães* (original na Biblioteca da Ajuda, Lisboa).

Fonte: <https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/>



CAPÍTULO I –

CONTEXTO HISTÓRICO NO QUAL EMERGE A PRIMEIRA DIVISÃO OFICIAL TERRITÓRIO BRASILEIRO

Esta terra, Senhor [...] tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500).

1.1 O ordenamento territorial brasileiro até o século XIX: alguns apontamentos

A busca de uma síntese das múltiplas dimensões espaciais que devem se vincular à produção de singularidades coerentes, delimitando, dessa forma, porções relativamente estáveis e contínuas do espaço geográfico constitui-se, de acordo com Haesbaert (1999), como elemento basilar da questão regional.

A divisão do espaço geográfico em regiões refere-se, sobremaneira, a um projeto de duplo caráter: científico e político; pois é amplamente ditado tanto por interesses científico-acadêmicos, quanto por necessidades do planejamento ou da gestão territorial.

Segundo Magnago (1995), enquanto atividade acadêmico-científica, a divisão regional é um exercício de discussão e de elaboração de um arcabouço conceitual, teórico e metodológico que objetiva a construção de um modelo de divisão. Esse conhecimento subsidia o planejamento fundamentalmente no que se refere à definição de uma base territorial institucionalizada para o levantamento e a divulgação de dados estatísticos, bem como para a sistematização de planos de ação governamental em conformidade com as demandas e especificidades do ordenamento territorial.

Destarte, o presente trabalho se propõe à realização de uma discussão acerca do ordenamento territorial brasileiro, tendo a primeira divisão regional oficial do Brasil – em 1942 – como objeto de análise. Compreendida como questão de coesão nacional, a divisão regional de 1942 integrou um vasto projeto de reajustamento do quadro político-territorial brasileiro empreendido durante a Era Vargas. Esse modelo regional que emerge no contexto

do Estado Novo é produto do ensejo de um intenso debate no meio militar e científico sobre a questão da divisão territorial após as transformações na organização do espaço brasileiro ocorridas a partir de 1930.

Intenciona-se desenvolver uma melhor compreensão acerca dos aspectos e intencionalidades que subjazem à primeira divisão regional, atrelada ao entendimento das influências da Geografia francesa e americana para a constituição do modelo dessa regionalização.

É mister ressaltarmos, antes de darmos sequência a essa discussão, que a ideia de Brasil conforme se concebe a partir de 1822 não existia antes do colonizador português. Segundo Moraes, “não existia Brasil pré-cabralino, ao contrário do México, que pôde chamar uma história pré-colombiana, pré-colonial, assim como o Peru, a Colômbia”, dessa maneira, “no caso brasileiro, a única coisa que dava unidade a esse espaço era a colonização portuguesa. Não havia uma raiz indígena que amarrasse essa porção de espaço. Não havia unidade natural, o Brasil era um mosaico de ecossistemas” (MORAES, 2001, p.107).

Posto que inexistia uma estrutura produtiva estabelecida nos moldes europeus e que não foi encontrado, de imediato, nenhuma riqueza natural expressiva nos domínios lusitanos do Novo Mundo, foi necessário que os donatários aplicassem capitais na colônia, isto é, que fizessem um investimento almejando o aparelhamento elementar do território. Conforme Moraes (2001) e Penha (1993), o colonizador teve que “estruturar” o território da colonização, essa instrumentalização se deu através das Capitanias Hereditárias. Assim, estas constituem-se enquanto gênese da divisão do território brasileiro no século XVI.

Enfatiza-se a autonomia dessas capitanias no que se refere à exploração dos recursos naturais. Porém, em vista dos resultados insatisfatórios demonstrados pelo seu sistema descentralizado, criou-se, entre os anos de 1548-1572, um outro sistema de administração, o Governo Geral, almejando um controle mais eficiente das riquezas exploradas. Os poderes foram, dessa maneira, centralizados na figura de um governador geral (Tomé de Souza 1549-53), o qual passou a ser autoridade máxima dentro da colônia.

Figura 2: Relação donatário das Capitanias Hereditárias, séculos XVI e XVII (1868)

<p style="text-align: center;">IMPERIO DO BRAZIL Quadro Estatístico.</p>						
N ^{os}	PROVINCIAS.	CAPITANIAS	SUPERFICIE em léguas quadradas	COMARCAS	MUNICIPIOS	POPULAÇÃO
I	AMAZONAS	MANAÓS	66.500	5	8	100.000
II	GRÃO PARÁ	BELEM	40.000	8	50	350.000
III	MARANHÃO	S. LUÍZ	12.000	15	55	500.000
IV	PIAUI	THEREZINA	10.500	10	22	250.000
V	CEARÁ	FORTALEZA	5.627	15	38	550.000
VI	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	2.000	6	22	240.000
VII	PARAHYBA	PARAHYBA	5.500	11	22	500.000
VIII	PERNAMBUCO	RECIPE	5.287	17	56	1.220.000
IX	ALAGOAS	MACEIÓ	2.556	9	20	300.000
X	SERCIPE	ARACAJÚ	1.500	8	24	300.000
XI	BAHIA	S. SALVADOR	14.856	24	70	1.450.000
XII	ESPIRITO SANTO	VICTÓRIA	1.561	4	15	100.000
XIII	RIO DE JANEIRO	NITCHEROY	2.400	12	33	1.400.000
	MUNICIPIO NEUTRO	RIO DE JANEIRO	52	1	1	450.000
XIV	S. PAULO	S. PAULO	10.500	19	88	900.000
XV	PARANÁ	CURITIBA	6.200	4	10	120.000
XVI	S. CATHARINA	DESTERRO	4.580	5	8	200.000
XVII	S. PEDRO	PORTO ALEGRE	8.204	10	28	450.000
XVIII	MINAS GERAES	OURO PRETO	20.000	22	64	1.500.000
XIX	GOYAZ	GOYAZ	26.000	10	25	250.000
XX	MATTO GROSSO	CUYABÁ	50.173	5	9	100.000
		TOTAL	291.018	214	598	11.050.000

Fonte: Atlas do Império do Brazil

No transcorrer dos séculos XVI até o XIX, singelas reordenações dos limites regionais foram realizadas no território colonial português na América, sendo que o quadro territorial da Colônia Brasil no início do século XIX era constituído por 17 Capitanias (sendo dez gerais, duas autônomas e cinco subalternas). A primeira modificação de monta ocorreu em 1817, quando aniquilada a Revolução Pernambucana de caráter democrático-liberal. Como medida punitiva sobre os organizadores da rebelião em Pernambuco, D. João VI removeu-lhes a Comarca de São Francisco, incorporando-a à Bahia, bem como concedeu autonomia à Comarca de Alagoas enquanto forma de gratificação pelo apoio prestado ao rei contra os insurrecionalistas (PENHA, 1993).

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I (1822-1831), determinou que as Capitanias passassem a ser denominadas de Províncias do Império (em número de 19), mantendo o modelo de configuração territorial de outrora, entretanto podendo ser subdivididas ou agregadas conforme os interesses do Estado. Outras modificações ocorreram no quadro territorial, hora brasileiro, no transcorrer do século XIX “como a criação do

Município Neutro, sede do Império (que seria transformado em Distrito Federal em 1891); a independência da Província de Cisplatina (incorporada ao Brasil em 1821); a criação da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará em 1850”, como também “a criação da Província do Paraná, formada pela Comarca de Curitiba, desmembrada da Província de São Paulo pelo Marquês do Paraná, 1853” (PENHA, 1993, p.106).

Durante o Governo do Imperador D. Pedro II (1840-1889), a questão do reordenamento territorial também se fez presente, inúmeros projetos de redivisão do território foram apresentados aos gabinetes militares do governo. A primazia da pauta durante esse período pode ser observada no relatório do Ministério do Império de 1872 em que “o chefe do Gabinete Imperial recomendou ao Corpo Legislativo a necessidade de uma lei dividindo algumas províncias e alterando os limites de outras” (PENHA, 1993, p. 106).

No que concerne à Constituição de 1891, a única alteração ocorrida em relação à divisão regional dizia respeito à substituição da denominação *província* por *estado* – este mais condizente com o regime federalista –, embora a “Comissão dos Cinco” tenha proposto uma divisão equitativa do território. Evidencia-se que “nesta fase, também foram apresentadas inúmeras propostas, como aquelas elaboradas por: Mello Viana, Silvio Romero, Alberto Torres, Everardo Backheuser, Sud Mennucci, Max Fleiuss e Oliveira Viana já no alvorecer da Revolução de 30” assim sendo, “segundo Teixeira de Freitas¹ a redivisão territorial era um imperativo ‘histórico’, que nas duas Constituições anteriores teve sua importância minimizada em função dos interesses particulares dos proprietários de terras” (PENHA, 1993, p.106).

Com o advento do século XX, a questão regional brasileira se dinamiza. Decorre que, no transcorrer desse século, uma nova conjuntura histórica e social se configurara, fazendo-se necessária a articulação de modelos regionais mais adequados às necessidades desse momento. Posto isso, ao longo do século XX, três distintas proposições de regionalização do território foram apresentadas pelo IBGE. Cada qual com um contexto histórico e institucional particular. Essas divisões foram oficializadas nos anos de 1942, 1970 e 1990, sendo a primeira objeto de estudo do presente trabalho. Nos propomos a apresentar, resumidamente, a seguir o contexto histórico, político e social em que essa divisão emerge.

¹ Mário Augusto Teixeira de Freitas (1830–1956) foi um importante analista geopolítico que se dedicou à questão da “organização nacional” brasileira no contexto da constituição do capitalismo industrial brasileiro. Influenciado por nomes como Backheuser e Alberto Torres, Teixeira de Freitas foi o primeiro a ocupar o cargo de secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O pensamento desse intelectual, que tinha como aspecto central o fortalecimento do Estado Nacional – tendo em conta sua dimensão territorial, bem como suas necessidades estratégicas –, desempenhou expressiva influência na administração pública brasileira.

1.2 As transformações na sociedade brasileira: O remodelamento das forças políticas e econômicas no transcorrer do século XX

A primeira divisão regional brasileira, oficializada através da Circular Nº. 1 de 31 de janeiro de 1942 da Secretaria da Presidência da República, foi elaborada pelo IBGE – através de seu órgão especializado, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) – em anos finais da década de 1930. Compreendida como questão de coesão nacional, a divisão regional de 1942 integrou um vasto projeto de reajustamento do quadro político-territorial brasileiro empreendido durante a Era Vargas. Esse modelo regional que emergiu no contexto do Estado Novo, é produto do ensejo de um amplo debate no meio militar e acadêmico sobre a questão da divisão territorial após as transformações na organização do espaço brasileiro decorrentes da Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 é considerada marco da consolidação do regime capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 1993). É, pois, nesse período que se torna pujante a expansão da economia nacional, trata-se da constituição do capitalismo industrial brasileiro e do Estado varguista. A consolidação do capitalismo industrial no país estabeleceu um conjunto de novas dinâmicas econômico-territoriais, criando, conseqüentemente, o imperativo de se repensar o ordenamento do espaço brasileiro.

Depreende-se do exposto que o processo de constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro se tratou do corolário de um conjunto de transformações de ordem econômica, política e ideológica operacionalizadas no Brasil na passagem entre os séculos XIX e XX. Dá-se a esse processo histórico, conforme Florestan Fernandes (1976), a denominação de Revolução Burguesa no Brasil que, embora, detendo um curso profusamente distinto do europeu, apresentou intenções que culminaram na formação de funções e destinos sociais análogos àqueles que se instrumentalizaram na realidade europeia.

A elaboração da primeira divisão regional insere-se em um período de contundentes transformações na sociedade brasileira, portanto. Destarte, haja vista que os aspectos e intencionalidades que subjazem à primeira regionalização oficial obedeciam aos reclames do momento histórico no qual estavam inseridos, faz-se mister o entendimento da conjuntura e dos processos que influíram para a elaboração do modelo de divisão oficializado na década de 1940.

Trata-se de um período de intenso reordenamento, momento em que o desenvolvimento capitalista alcançou o clímax de sua evolução industrial. Fenômeno que

possibilitou um conjunto de transformações de ordem econômica, política, tecnológica, psicocultural e social se operacionalizar e a dominação burguesa se consolidar (Fernandes, 1976).

Nesse momento, observa-se o rearranjo da ordem econômica em que a crise da economia cafeeira, paralela ao desenvolvimento de uma base urbano-industrial, constituíram-se enquanto arcabouço das transformações na organização do espaço brasileiro que emergiram no alvorecer do século XX. Faz-se, portanto, importante ressaltar no que concerne à recomposição de forças oligárquicas e burguesas que a crise do poder oligárquico não foi “propriamente um ‘colapso’, mas o início de uma transição que inaugurou, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa” (FERNANDES, 1976, p.203).

Assim, para que se reconheça os aspectos e intencionalidades que permeiam a elaboração da primeira divisão regional brasileira é imprescindível compreender a constituição do Estado brasileiro e para tal faz-se necessário, primariamente, a elucidação acerca do declínio da economia agrário-exportadora enquanto base preponderante e praticamente única da economia nacional. O breve tratamento dos principais aspectos referentes a essa conjuntura é objeto da análise que se segue.

Na dinâmica inerente às economias exportadoras de matérias-primas e alimentos – como no caso brasileiro – as aplicações realizadas pelo setor empresarial estão subordinadas a uma limitada variedade de produtos requeridos pelo mercado internacional. Tem-se que o café fora, até então, o principal artigo da economia nacional. Enquanto o preço desse artigo ofereceu vantagens econômicas, os capitais gerados no país acorreram para a produção dessa *commodity*, fomentando a expansão da produção. Dadas tais circunstâncias tem-se que a expansão da economia cafeeira não foi gerida pela procura, mas pela própria economia cafeeira com base na vasta disponibilidade de capital, mão-de-obra e terras subocupadas (FURTADO, 2007).

A excepcionalidade das condições oferecidas pelo Brasil a essa cultura culminou em uma monumental produção. De acordo com Furtado (2007), no final do século XIX os cafeicultores brasileiros controlavam três quartas partes da oferta mundial desse produto, sendo que a manutenção dos preços era realizada mediante a redução “artificial” da oferta.

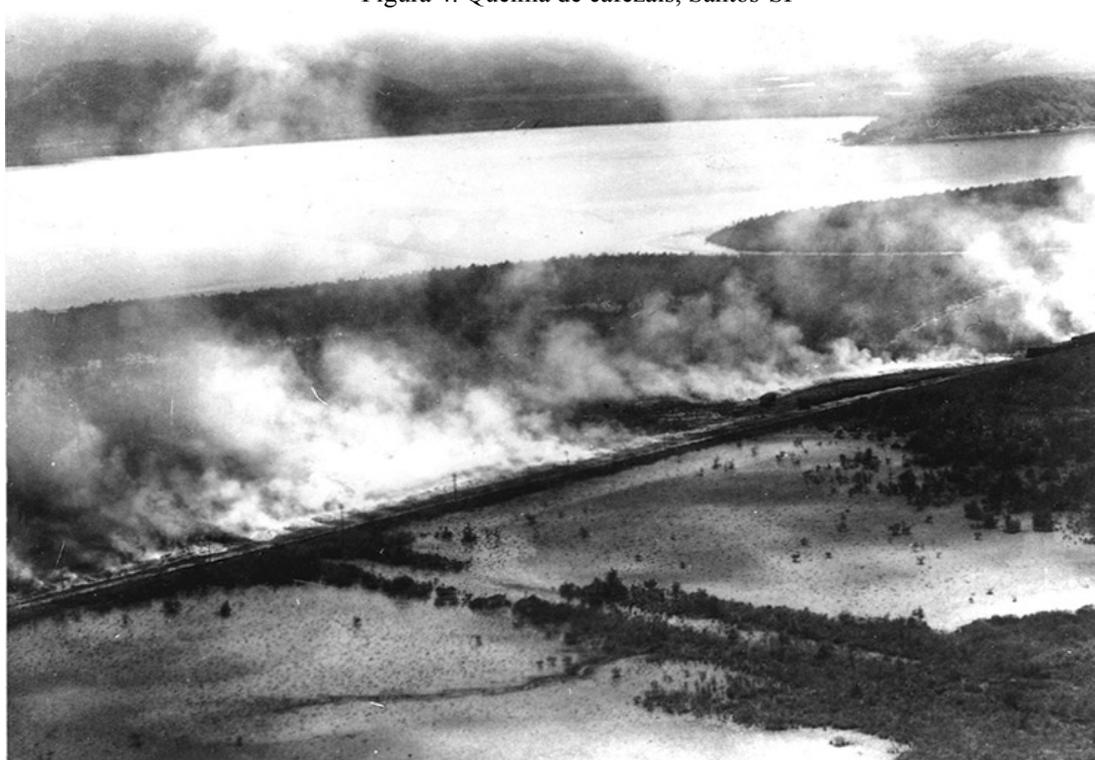
A política de valorização do café foi celebrada no Convênio de Taubaté que, em 1906, estabeleceu critérios como: a intervenção do governo no mercado para compra dos excedentes de café; empréstimos estrangeiros para financiar essa compra; criação de um novo imposto

cobrado sobre cada saca de café exportado, visando o pagamento dos empréstimos externos e o desencorajamento da expansão das plantações enquanto medidas protetivas para produção dessa *commodity*.

O complexo mecanismo de defesa da economia cafeeira brasileira possibilitou, até fins do terceiro decênio do século XX, a manutenção de elevados valores desse produto no mercado internacional e por conseguinte elevada lucratividade aos produtores. Os elevados rendimentos oriundos da produção cafeeira fomentaram, ainda mais, a expansão das plantações, regime que perdurou mesmo no contexto de involução da demanda ocasionado pela crise econômica internacional, cujo ápice se deu em 1929. Engendrou-se, dessa maneira, uma situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura.

Furtado aponta que “em 1929 o valor dos estoques acumulados de café sobrepassou dez por cento do produto territorial do ano” (FURTADO, 2007, p.260). Os estoques acumulados pressionavam o mercado ocasionando a baixa dos preços e grandes prejuízos aos produtores. Tendo em conta que os estoques de café avultavam sem possibilidade de empregabilidade econômica num futuro previsível “o Brasil se tornou um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor” (HOBSBAWM, 1995, p.96).

Figura 4: Queima de cafezais, Santos-SP



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/>

A crescente necessidade de intervenção do governo federal na sustentação do preço da saca de café fomentou a noção de que “*o café sustenta o Brasil*”, amplamente difundida até anos finais do século XIX, fosse substituída pela concepção de que “*o Brasil sustenta o café*”. No mais, o progressivo deterioramento da economia cafeeira fez com que a burguesia cafeeicultora perdesse seu principal esteio, bem como pôs em xeque toda a articulação política da República Velha.

Durante a República Velha (1889-1930) foi instituída a *Política dos Governadores*, pacto estabelecido entre o Governo Federal e governos estaduais. Essa política estabelecia que o Governo Federal daria amplo apoio aos governos estaduais e, em compensação, faria usufruto da autoridade dos coronéis dos estados coligados, bem como os governos estaduais seriam responsáveis pela eleição de bancadas pró-Governo Federal para a Quinta Assembleia Legislativa. Esse estratagema acordado entre Governo Federal e governos estaduais intentava impedir que houvesse qualquer tipo de oposição.

Todo esse panorama histórico nos interessa na medida em que, no que se refere à questão territorial, ocorre que, dada essa conjuntura, até o início do século XX, o ordenamento territorial brasileiro teve por expressão a fragmentação regional. A gestão das diferentes porções do território esteve, desse modo, sujeita aos interesses particulares das oligarquias rurais, nesse arranjo “o homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra — exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal” (FAORO, 2012, p. 737).

Decorre que durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891) um expressivo traço de autonomia foi dado aos municípios, mediante o projeto constitucional (Constituição de 1891) desenvolvido nesse período, assegurando-lhes a eletividade da administração local. Essa eletividade administrativa expressava a possibilidade constitucional da liberdade dos estados – detentores de governos cujo signo era o patrimonialismo – em organizarem seus municípios nas feições que lhes fossem mais convenientes. O intuito da emenda era proteger a unidade federada, comprometendo-se à ampliação das franquias locais (FAORO, 2012).

De acordo com essa emenda, ficava estipulado que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891). Na prática essa emenda atuou como “porta aberta ao comando estadual sobre os municípios, com a nomeação dos prefeitos (superintendentes, intendentes), a designação interina deles, bem como outros mecanismos de interferência estadual” (FAORO, 2012, p. 742).

A função eleitoral do coronel se acentuou e exacerbou com a passagem do regime imperial ao republicano, o coronelismo assumiu, nessa perspectiva, a qualidade de “[...] “compromisso”, uma “troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural” (FAORO, 2012, p. 749).

Tendo como esteio o poder dos proprietários de terra, quando da instalação da República nos moldes federalistas, “[consolidou-se] a liderança dos oligarcas nos estados e da figura do coronel nos municípios, através das bem montadas máquinas políticas que praticamente “feudalizam” o campesinato, tornando-o totalmente dependente de uma política clientelista” (PENHA, 1999, p.59).

A *Política dos Governadores* foi, desse modo, progenitora da *Política do Café com Leite* que, intensamente relacionada ao setor agroexportador, estabelecia a predominância no poder nacional das oligarquias de São Paulo (com expressiva produção cafeeira) e Minas Gerais (com expressiva produção leiteira), impedindo que o principal cargo do Poder Executivo fosse ocupado por representantes de outros estados de significativa importância econômica como era o caso de Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A cisão da *Política do Café com Leite* constituiu-se, dentre outros fatores, como epicentro do processo que culminou na tomada do poder por Getúlio Vargas. A clivagem da *Política do Café com Leite* deveu-se à imposição do nome do paulista Júlio Prestes, por parte do então presidente Washington Luís, para sucedê-lo. Essa indicação desagradou os políticos mineiros que entendiam que, conforme estabelecia o pacto político em vigor, o candidato à presidência deveria vir de Minas Gerais. Diante dessa situação e incapazes de lançar um candidato próprio para concorrer com Júlio Prestes firmam aliança com gaúchos e nordestinos, lançando os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa pela Aliança Liberal. A Aliança Liberal era, dessa maneira, constituída por críticos ao monopólio político exercido pelo Partido Republicano Progressista (PRP), produtores de café e de outros produtos voltados à exportação, produtores que visavam o mercado interno, pecuaristas e agricultores do Rio Grande do Sul, bem como acenava para trabalhadores e segmentos médios urbanos.

A Aliança Liberal foi derrotada na eleição realizada em 1º de maio de 1930 e alguns de seus articuladores passaram a propugnar a realização de um golpe de Estado sob a alegação de que houve fraude na contagem dos votos. Diante dessa situação os políticos que compunham a Aliança Liberal cindiram em dois grupos a depender da aceitação ou não do resultado das eleições. Assim sendo, conforme os políticos tradicionais omitiam ou negavam apoio, o levante aproximava-se dos quartéis e dos tenentes. Nessa perspectiva, uma junta

militar composta pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, conjuntamente ao almirante Isaías de Noronha depôs Washington Luís em 3 de novembro de 1930, tendo Getúlio Vargas tomado posse enquanto chefe de Estado do Governo Provisório.

Figura 5: Posse de Getúlio Vargas como presidente da República, 1930



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/>

Evidencia-se portanto, com base no exposto, que no decurso do século XIX engendrou-se um conjunto de fatores e circunstâncias – internas e externas – que possibilitou o estabelecimento, na primeira metade do século XX, de uma nova conjuntura política, tecnológica, psicocultural e social no Brasil. Essa nova conjuntura não significou a completa derrocada da ordem pretérita, mas a consolidação da dominação burguesa. A tomada de posse por Getúlio Vargas, enquanto chefe de Estado, inscreve-se nesse contexto. Diante das novas circunstâncias e sob a liderança de Vargas foram realizados esforços no sentido de possibilitar o adentramento do Brasil na modernidade. A discussão dessas circunstâncias, bem como da atuação do Governo Vargas é objeto de análise do capítulo que se segue.

CAPÍTULO II



Instalação solene do Serviço de Coordenação Geográfica do IBGE, realizada no edifício Silogeu Brasileiro (1938).

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

A CONSTITUIÇÃO DO APARELHO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO VARGAS

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade (Discurso de posse, Vargas, 1937).

2.1 O Governo Vargas e a organização do Estado capitalista brasileiro: A burocratização e centralização do poder político-administrativo enquanto insígnia do projeto de organização de um Estado Moderno

Dada a tendência monopolista do capitalismo mundial, decorrente de um admirável e progressivo desequilíbrio na economia internacional (FURTADO, 2007), irrompeu-se uma crise econômica global que teve como marco o *crash* da bolsa de valores de New York, em 1929. A crise do capitalismo na década de 1930 relaciona-se sobremaneira às transformações que se efetuaram na economia nacional no período subsequente. Dessa maneira, tem-se que a crise econômica mundial foi decisiva para o colapso do mercado exportador cafeeiro e fomentou a queda acentuada no valor das exportações realizadas pelo Brasil.

Paralelamente à queda das exportações de café, as altas taxas de importação impostas pelo *New Deal* de Franklin D. Roosevelt (1933-1945) suscitou que a oferta interna suprisse demandas que outrora eram cobertas pela importação. Desse modo, ocorre que “a crise cambial [encareceu] os bens até então importados e, no limite, a não-disponibilidade de divisas e a Segunda Guerra Mundial [impediu], até do ponto de vista físico, o acesso aos bens importados”, conseqüentemente se estruturou uma demanda contida e/ou insatisfeita que se articulou como “horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, [puderam] produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados” (Oliveira, 2003, p.48).

A força da procura interna em detrimento da externa fez com que o setor voltado ao mercado interno promovesse melhores oportunidades de inversão que o setor de exportação. Desse modo, operou-se a preponderância do mercado interno na formação de capital, fenômeno completamente novo na economia brasileira. De acordo com Eli Penha (1993), a crise de 1929 rearticulou a organização internacional das relações de produção de tal modo

que possibilitou que países com potencial industrializante, tal como era o caso brasileiro, fossem capazes de reorganizar suas economias a partir da produção de alguns bens de consumo.

A crescente lucratividade associada à progressiva atração de capitais formados ou desinvestidos do setor exportador promoveu o próspero crescimento do setor interno brasileiro. Em um primeiro momento a expansão da produção se deu através do aproveitamento mais intenso da maquinaria já instalada no país, a título de exemplo citamos a indústria têxtil “cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida” (FURTADO, 2007, p.279).

O aproveitamento incisivo da maquinaria industrial promoveu uma crescente rentabilidade do capital aplicado nesse setor, viabilizando a criação de fundos necessários à expansão industrial. No mais, a possibilidade de aquisição a preços reduzidos, no exterior, de equipamento de segunda mão contribuiu para o desenvolvimento desse setor. À vista disso, tem-se que “algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na Depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial” (FURTADO, 2007, p.279).

Nessa perspectiva, tem-se que a expansão da produção industrial promoveu o crescimento da demanda por bens de capital em um contexto de elevação do valor da importação desses bens – aumento ocasionado devido à depreciação cambial –, o que levou à intervenção ativa do Estado criando condições adequadas à instalação em território nacional de indústrias de bens de capital. O processo foi marcado, dessa forma, pela intervenção ativa do Estado, o estabelecimento do processo de substituição das importações e o aumento do mercado interno brasileiro.

Assevera-se que do corolário de uma multiplicidade de fenômenos e relações, de ordem interna (conflitos e crises de ordem social e regional) e externa (a crise de 1929 e o clima bélico mundial), germinaram as bases para o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no Brasil (DRAIBE, 2004).

Para os propósitos deste trabalho é importante destacar que a crise de 1929 não só corroborou para o reordenamento da conjuntura econômica pretérita, mas também foi preceptora do ideário da necessidade de articulação de um Estado mais centralizado, racional e moderno, ou seja, para o reordenamento territorial brasileiro e a consequente divisão regional oficial do país.

De acordo com Marx, no sistema capitalista de acumulação, o crescimento econômico se constitui como um processo composto por um conjunto de contradições internas que,

recorrentemente, irrompe em crises. Em geral, “[...] as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior” (HARVEY, 2005, p.47). As crises atuam, portanto, impondo ordem e racionalidade ao desenvolvimento econômico capitalista, qualidade crucial à manutenção desse sistema dado que a produção mercantil, sob o capitalismo competitivo, detém natureza espontânea e caótica (HARVEY, 2005).

Essa racionalização do sistema detém um custo social que provoca inúmeras e trágicas consequências na “forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada dos ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desempregos” (HARVEY, 2005, p. 47).

Em 29 de outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Nova York assinalou o estopim da mais aguda crise do sistema de acumulação capitalista no século XX. A racionalização do sistema nesse período correspondeu:

[...] a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros (HOBSBAWM,1996, p. 95).

A transferência de consideráveis parcelas das atividades econômicas para a esfera estatal, preconizada pela teoria keynesiana, foi medida executada em economias capitalistas na empreitada de retomar o desenvolvimento econômico após a crise econômica de 1929. No Brasil, o abandono da tese do *laissez-faire* / *laissez-passer* promoveu uma postura anti-federalista. O federalismo foi, dessa maneira, associado ao liberalismo econômico e este fora considerado “pernicioso”, haja vista não considerar as “demandas da pátria” (PENHA, 1993).

Pensadores desvinculados da tradição liberal como Francisco Campos, Plínio Salgado e Oliveira Vianna foram críticos ferrenhos das oligarquias regionais e do federalismo. Destarte, “[...] ao criticar a ineficiência do Estado oligárquico, esses pensadores objetivavam, sobretudo, e de forma enviesada, criticar o federalismo, concebido enquanto assento do poder oligárquico”. A crítica desenvolvida por estes pensadores convergia no sentido da “[...] negligência com que estas [oligarquias] tratavam as grandes questões nacionais, resultando num Estado ineficiente e sujeito às pressões de ordem regionalista e particular”. Em oposição a esse regime “pregavam o Estado unitário, com um governo centralizador, a eliminação dos

poderes regionais e a supremacia do Executivo sobre os demais poderes” (PENHA, 1993, p. 42).

Foi nesse contexto que Vargas assumiu o poder do Executivo brasileiro. Destaca-se que a tônica do governo varguista – no que concerne ao desenvolvimento de um Estado nacional capitalista – baseou-se na centralização, burocratização e racionalização em torno da esfera estatal (PENHA, 1993). O governo de Getúlio Vargas, respaldado pela elite urbano-industrial e por uma ala da elite oligárquica disposta a investir na economia urbana – ambas críticas à hegemonia cafeeira – foi caracterizado por forte intervencionismo estatal, fundamentado na racionalidade administrativa, “na qual a centralização de comandos e a descentralização executiva reforçavam o desempenho do conjunto” (PENHA, 1993).

Evoca-se que a política coronelista foi responsável pelo desenvolvimento de uma administração regionalista e particularista das diferentes porções do território. Essa diferenciação política, resulta em dissociações territoriais, assim “o resultado é que os organismos estatal-territoriais [tendem] estruturalmente à fragmentação interna, o que [leva] necessariamente a uma valorização política diferenciada das porções territoriais” (PENHA, 1993, p.21).

Nessa perspectiva, almejando a inversão dessa tendência, cabe ao Estado promover a articulação permanente desse todo fragmentário “[...] principalmente no caso dos grandes organismos estatal-territoriais, mais sujeitos a esse processo, que exigirão da atividade estatal medidas específicas voltadas para uma distribuição correta da circulação e dos elementos de defesa” (PENHA, 1993, p.21).

Nesse sentido, conforme Moraes (2005a), constitui-se como ação central da política de Vargas o reaparelhamento do Estado, com vistas a centralizar o poder que, até então, esteve dividido entre oligarquias regionais. Nesse sentido, a partir da década de 1930 acelera-se o processo de desmantelamento do Estado Oligárquico.

Grosso modo, entre 1930 e 1945 houve, de maneira centralizada e nacionalmente articulada, uma acelerada constituição do aparelho político-econômico brasileiro. A constituição desse aparelho se deu a partir da centralização e da burocratização político-administrativa. A partir da instrumentalização dos mecanismos de gestão do território, reuniu-se o controle da administração nacional.

Destarte, tem-se que a constituição do aparelho estatal brasileiro se materializou através da criação de “organismos executivos e diretivos, de políticas gerais ou setoriais”, como também por meio de “[...] vários órgãos de caráter consultivos, normativo ou

deliberativo, responsáveis por políticas referentes às grandes áreas da atividade econômica ou às esferas mais abrangentes da ação estatal” (DRAIBE, 2004, p.76).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como do Ministério da Educação e Saúde Pública são alguns dos exemplos dessa política que buscou unificar a gestão do território nacional. O primeiro reuniu em torno do governo federal a questão trabalhista, sendo a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a insígnia desse projeto. O segundo promoveu a reunião de agendas da saúde, esporte, educação e meio ambiente (MEC, 2018) em derredor da máquina estatal.

No mais, salienta-se que a política de constituição do aparelho administrativo do Estado foi traçada pelo princípio da centralização dos comandos e descentralização funcional ou administrativa (DRAIBE, 2004). Dessa forma, “condensam-se simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista” (DRAIBE, 2004, p.76) havendo, nesse sentido, a introdução de aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que possibilitaram o avanço da acumulação industrial.

O processo de centralização promovido durante o Governo Vargas esteve intrinsecamente relacionado à política de integração nacional e resultou na composição de mecanismos voltados ao controle das esferas estratégicas da economia brasileira. O estabelecimento de uma política de centralização em torno da esfera estatal realizou-se da necessidade do governo em promover a unificação político-administrativa dos mecanismos de atuação na relação entre estados e poder central (PENHA, 1993).

A racionalidade administrativa fundamentou o processo de centralização promovido pelo governo de Getúlio Vargas. Tinha-se, desse modo, que as decisões políticas deveriam ser substituídas por soluções técnicas e “fórmulas científicas”, isto é, modelos teóricos importados que se apresentavam enquanto formulações acabadas (MORAES, 2005a). A racionalidade administrativa vigente durante esse período pode ser exemplificada por medidas como: “[...] controle de câmbio; legislação trabalhista; controle sobre a produção industrial (siderurgia); queda das barreiras alfandegárias interestaduais; nacionalização das reservas minerais” (PENHA, 1993, p.15).

2.2 Criação, modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística e geográfica no Brasil

O estudo da centralização procura visualizar a progressiva ocupação do espaço organizacional e decisório por agências burocráticas estatais. Sendo o Estado uma

organização de âmbito territorial, essas agências tendem a atuar em todo o território nacional. Nessa atuação introduzem-se diferentes mecanismos: forças armadas, impostos, previdência social, educação, órgãos de planejamento e circulação, entre outros (PENHA, 1993, p.15).

No âmbito do processo de centralização desenvolvido pelo Governo Vargas o planejamento econômico conjuntamente às políticas territoriais foram tópicos tratados com primazia. No tocante ao território brasileiro, um conjunto de obstáculos se impunha à consecução das políticas governamentais. Tratava-se, pois, de um país caracterizado pela imensidão territorial, vastas descontinuidades de ocupação efetiva, clivagens regionais, comunicação interna deficiente e poderio local copiosamente consolidado (PENHA, 1993). À vista disso, tem-se que a estruturação de dispositivos que possibilitassem o conhecimento e controle territorial constitui-se como premissa à formulação de políticas governamentais.

Em face dessas circunstâncias, empreenderam-se esforços para que houvesse a criação, modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística e geográfica, visando o conhecimento mais preciso e integrado acerca das características fisiográficas, sociais e econômicas do território, sendo que esse movimento de renovação dos instrumentos de pesquisa foi expressão da concentração do poder pelo Estado.

Desse modo, a partir de 1932 foram iniciadas articulações visando a modernização de órgãos federais de coleta e o aperfeiçoamento das bases de dados estatísticos acerca do território nacional. No ano seguinte, a Comissão Interministerial apresentou um anteprojeto para criação de órgão responsável pela coleta de dados estatísticos. Dessa maneira, em 1934 foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE), uma entidade federativa com a finalidade de “promover, fazer executar ou orientar tecnicamente o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República” (BRASIL, 1934).

Apesar de legalmente instituído em 1934, a instalação desse Instituto data de 29 de maio de 1936, nesse mesmo ano a Convenção Nacional de Estatística criou o Conselho Nacional de Estatística (CNE). Em 1937 foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), sendo incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE), como também autorizado a aderir à União Geográfica Internacional (UGI) (DRAIBE, 2004).

Finalmente, em 26 de janeiro de 1938, através do Decreto-Lei nº 218, foi criado, a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE) e em um contexto de ditadura do Estado Novo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destarte, o IBGE era composto pelo Conselho de Estatística e pelo Conselho de Geografia, além da Comissão Censitária Nacional, que tinha fins de executar o Recenseamento de 1940. O IBGE passou então a

centralizar, na esfera federal, a “coordenação dos serviços de informação e estudos de natureza estatística, geográfica, geodésica e cartográfica, controlando os serviços estaduais e municipais por intermédio de convênios” (DRAIBE, 2004).

Figura 7: Primeira direção do IBGE
Mario Augusto Teixeira de Freitas – Secretário Geral do CNE
José Carlos de Macedo Soares – Presidente do IBGE
Cristovão Leite de Castro – Secretário Geral do CNG



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

O Prof. Juillard², quando chega na primeira vez ao Brasil e é levado ao IBGE, naqueles andares, cheios de geógrafos, ele diz, mas isso aqui é uma usina de geografia, *c'est une usine de géographie*, porque isso não havia em nenhum lugar, exceto na União Soviética, talvez, aquelas pessoas todas reunidas fazendo geografia. (SANTOS *apud* DA SILVA, 2002, p.13)³

² Étienne Juillard (1914 - 2006) foi um geógrafo francês. Professor em Estrasburgo, dedicou-se à geografia rural, geografia geral dos espaços regionais e planejamento regional. Suas análises ativeram-se ao estudo do Oriente francês (particularmente a Alsácia), bem como o mundo germânico, Canadá, Bélgica e Brasil.

³ O excerto refere-se a uma passagem da entrevista concedida pelo professor Milton Santos ao professor José Borzacchiello da Silva, titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Intitulada “Milton Santos: a Geografia, o Brasil, a França, o mundo”, a entrevista ocorreu em Paris no mês de janeiro de 1993.

Desse modo, “uma Geografia de levantamento (Estatística, na denominação clássica) fora a meta, claramente exposta por Vargas nos documentos de fundação destes órgãos”. O presidente “[...] fala de uma Geografia que sirva como instrumento do ‘poder nacional’, num discurso de grande paralelismo com o proferido por Napoleão Bonaparte na fundação do Instituto de Geografia da França”. Assim, “[...] a Geografia é posta claramente como um instrumento de um Estado modernizante, impulsionador do desenvolvimento capitalista do país” (MORAES, 2005a, p.118). Para tal, “empreendeu o IBGE a elaboração de estudos e sugestões com vistas ao reajustamento do quadro político-territorial”, compôs seu quadro de estudos: “ocupação efetiva do território; a divisão deste de maneira equitativa e racional, a localização adequada da capital da República; a distribuição ‘mais conveniente’ das massas demográficas, o surto de uma rede de núcleos urbanos”, como também “a racionalização dos limites e divisas; e o estabelecimento de uma rede rodoviária integradora da nacionalidade” (PENHA, 1993, p.101).

A criação do IBGE expressou a importância da pesquisa geográfica e dos levantamentos estatísticos para a administração do imenso território brasileiro em via de integração socioespacial. Cabia a esse órgão “[...] realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas”, bem como “[...] divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial” (PENHA, 1993, p.16).

A resolução dessas questões era de suma importância à administração pública, haja vista estarem relacionadas a aspectos como divisão tributária e de verbas orçamentárias, processo de regulamentarização das terras urbanas e rurais, centros e pleitos eleitorais, como também dos conflitos em torno da partilha do poder local e estadual entre elites urbanas e rurais (Penha, 1993). Dessa maneira, tem-se que “[...] o material produzido pelos profissionais do Instituto, na forma de tabelas, mapas e censos, foi utilizado amplamente pelo governo com o propósito de organizar o território brasileiro e intervir na ordem social e política do país, numa perspectiva centralizadora” (ARANHA, 2014, p.3).

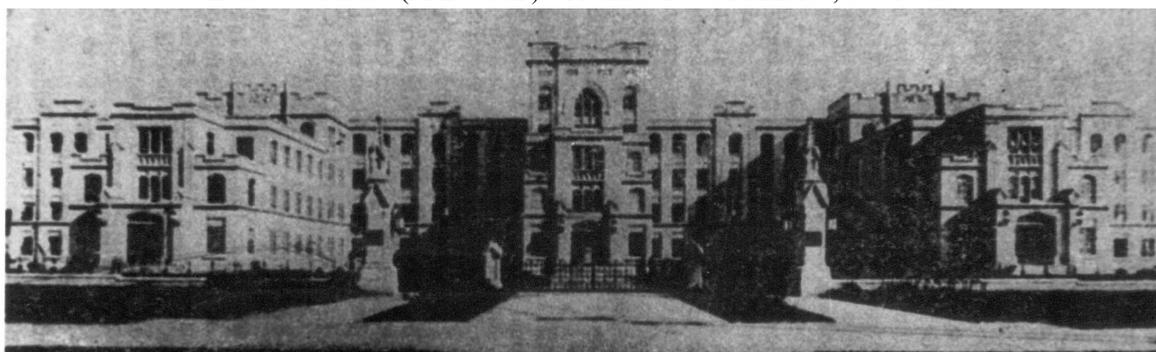
Orientado pelo princípio da racionalidade administrativa, o IBGE foi um importante instrumento técnico e científico de administração do território nacional. Dessa maneira, esse órgão foi guiado por dois vetores: “enquanto suporte de funcionamento da máquina estatal no tocante à implementação de políticas públicas e enquanto núcleo administrativo central responsável pelas formulações e execução de políticas territoriais” (PENHA, 1993, p.16).

Concebido como um núcleo administrativo central, cabia ao IBGE a organização e incremento do conjunto de dados e informações sobre o território brasileiro. Ademais, detinha propriedade para intervir – mediante procedimentos científicos e técnicos – sobre as estruturas político-administrativas numa perspectiva de integração nacional. A ação do IBGE foi, nessa perspectiva, norteada para a realização de levantamentos e sistematização de dados do quadro territorial, buscando o atendimento da administração pública no tocante a aspectos “[...] jurídicos (legislação); tributário (impostos, controle orçamentário de verbas públicas); pleitos eleitorais e expansão de riquezas públicas federais (demarcação de terras devolutas pertencentes à União”, bem como “mensuração das riquezas naturais e construção de equipamentos diversos como estradas, aeroportos, minas e usinas)” (PENHA, 1993, p.65).

O reaparelhamento do Estado, promovido durante a Era Vargas, ocasionou profusas transformações das relações pretéritas. A criação de um arsenal de organismos, políticas e órgãos suscitou a imprescindibilidade de se formar profissionais aptos a atender um mercado de trabalho que se complexizava, como também “constituir” uma elite dirigente. À vista disso, data desse período a criação das primeiras universidades brasileiras – no Distrito Federal e em São Paulo –, sendo elas estruturadas no modelo universitário francês. Tem-se, desse modo, que a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, consolidou-se a partir do intercâmbio de professores franceses e posteriormente americanos para o Brasil.

Na Universidade de São Paulo – dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) –, foi inaugurado o primeiro curso de Geografia e História no país. Evidencia-se, dessa maneira, que o desenvolvimento da Geografia brasileira se deu paralelamente na Universidade e no IBGE. Assim, “[...] as duas instituições assumiam o papel de profissionalização das primeiras gerações de geógrafos. As faculdades formavam os professores de Geografia; o IBGE treinava e formava os geógrafos especializados” (ARANHA, 2014, p.3).

Figura 8: Fachada do edifício onde funcionaram as primeiras instalações da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC-USP) – Avenida Doutor Arnaldo, São Paulo.



Fonte: <https://imagens.usp.br/editorias/pessoas-categorias/imagens-antigas-da-usp/>

Uma significativa articulação se estabeleceu entre o Instituto e as Universidades. Enquanto os professores orientavam os estudantes para a docência e trabalho de campo, o IBGE promoveu encontros e oportunizou estágio a alunos da Universidade do Distrito Federal (ARANHA, 2014).

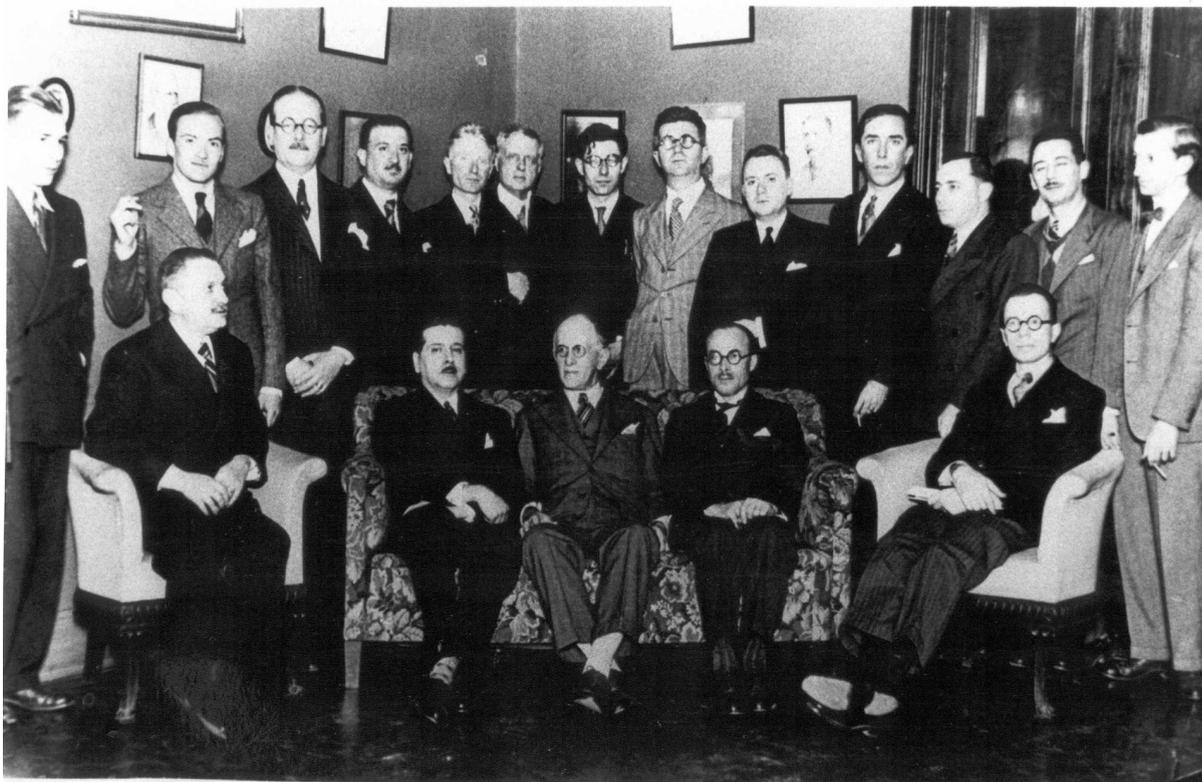
Importa aqui ressaltar para os objetivos deste trabalho que, no que se refere às academias, inicialmente o quadro docente dos cursos de Geografia no Brasil foi constituído por professores com influência da escola lablachiana. Lira (2017) resalta a presença de geógrafos franceses no Brasil como Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Philippe Arbos, Francis Ruellan, desde 1934. Por sua vez, a partir da década de 1940 houve a recepção de estadunidenses como Preston James, Donald Pierson e alemães como Leo Waibel.

O intenso intercâmbio entre geógrafos franceses e estadunidenses desenvolvido no Brasil, à época, concerne a um projeto de escala global travado por França e EUA pela condução da disciplina, ainda que outros interesses subjazessem ao intercâmbio de estudiosos entre os países citados. Desse modo, segundo Lira (2017) tem-se que “[...] os franceses já se anunciavam com uma política diplomática de viés cultural para a América Latina desde o século XIX, no âmbito das missões científicas”, por sua vez “[...] os americanos chegaram um pouco mais tardiamente, mas já na década de 1930 traçaram um plano diplomático para afastar o governo Vargas das tentações populistas do nazi-fascismo ou do autoritarismo comunista” (LIRA, 2017).

Santos (2004) já sinalizava que essa disputa que se estabeleceu através da manutenção da noção de *Escolas Nacionais de Geografia* constitui “uma forma a mais de exercitar o imperialismo cultural, que é uma maneira de insinuar, através dos intelectuais locais, uma interpretação alienada das realidades locais”, assim “as chamadas Escolas Nacionais de Geografia funcionam mais nas respectivas áreas de colonização política, econômica ou cultural, do que mesmo dentro dos limites de cada país” (SANTOS, 2004).

No âmbito da ciência geográfica ressalta-se, como exemplificação das intensas relações desenvolvidas entre Brasil e EUA, que o governo estadunidense facilitou o intercâmbio e “consecução de trabalhos de mestrado e doutorado dos geógrafos do IBGE e do CNG, tais como Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, ao longo da década de 1940” (LIRA, 2017).

Figura 9: Missão francesa. Professores franceses reunidos para comemorar o sucesso da missão. Em pé, da esquerda para a direita: (1) ?, (2) ?, (3) René Thiollire, (4) Moura Campos, (5) ?, (6) Afonso Taunay, (7) Etiène Borne, (8) Paul Bastide, (9) Paul Hugon, (10) Júlio de Mesquita Filho, (11) André Dreyfuss, (12) ?, (13) Vicente Rao. Sentados, da esquerda para a direita: (1) ?, (2) ?, (3) Reynaldo Porchat, (4) ?, (5) Theodoro Ramos



Fonte: <https://imagens.usp.br/editorias/pessoas-categorias/imagens-antigas-da-usp/>

À vista disso, o arcabouço metodológico próprio das Escolas Nacionais de Geografia francesa e americana influenciou profusamente a composição da Geografia brasileira. Composição que se deu concomitantemente nos centros universitários e no IBGE, culminando no desenvolvimento paralelo do saber acadêmico e da gestão territorial. Assim, “[...] o pensamento geográfico brasileiro estava intimamente ligado ao conhecimento do território nacional, à realização de levantamentos e trabalhos cartográficos. A geografia era dotada de um sentido de missão, colocando-se a serviço da integração e desenvolvimento do país” (ARANHA, 2014, p. 6).

Destarte, nesse contexto e sob essas influências, formaram-se os estudiosos que – através do Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão especializado do IBGE – foram os responsáveis pela elaboração de um projeto de divisão do território nacional. Essa empreitada se realizou no contexto de constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro conforme aqui tratado e se prestou ao atendimento das necessidades impostas pelos *ajustes territoriais* (usando a conceituação de Harvey) necessários à conjuntura da época.

CAPÍTULO III



Mapa do Brasil – 1950

Contém mapas em destaque: Mapa Geológico, Densidade demográfica do Brasil, Divisão - Regional do Brasil, Zonas Brasileiras de vegetação, Climas do Brasil, Principais linhas do relevo do Brasil e Ilhas oceânicas.

Escala: 1:5 000 000; Editor: IBGE, CNG

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=66050>

**A PRIMEIRA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL: O EMPREGO DA
ABORDAGEM VIDALIANA ENQUANTO INSTRUMENTAL DE
PROMOÇÃO DOS INTERESSES DA CLASSE DIRIGENTE**

Point de problème plus important, en géographie, que le problème des divisions (FEBVRE, p. 105, 1922).

**3.1 A perspectiva espacial na elucidação das dimensões histórico-territoriais: uma breve
síntese do caso brasileiro**

Conforme Moraes (2007), em países de formação colonial, como é o caso brasileiro, a dimensão espacial assume notável preponderância na elucidação das dinâmicas históricas, haja vista que a colonização é um processo de relação entre sociedade e espaço. Nesse contexto, mesmo após a emancipação política desses países, determinações coloniais ainda se faziam e permanecem se fazendo vigentes, dado que uma nova ordem política é constituída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período precedente (MORAES, 2007).

Nessa perspectiva, tem-se que, consolidada a emancipação política brasileira, a elite nacional iniciou a instalação do novo Estado em um contexto de vastidão territorial, amplas reservas de espaço ainda não ocupado economicamente e população diminuta e profusamente clivada em decorrência da vigência do sistema escravocrata. Moraes (2005a) coloca que, diante dessa conjuntura, a manutenção da integralidade do território herdado da colônia – com fronteiras estabelecidas mediante os Tratados de Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801) – emergiu enquanto importante elemento de agregação da elite nacional.

Por sua vez, a tendência centrífuga do pacto federativo durante a República Velha, analisada no capítulo precedente, foi responsável pelo aprofundamento do caráter regionalista, particularista e diferenciado das múltiplas porções do território ao longo dos séculos. Esse processo resultou em uma limitada coesão nacional, tendo configurado o que Oliveira (2003) denominou de “*arquipélago econômico*”, cujas “*ilhas econômicas*” baseavam suas relações diretamente com o mercado externo.

Em síntese, assevera-se que o engendramento do ordenamento territorial brasileiro possui berço colonial. O arranjo do território, por sua vez, fora, até a Primeira República, conformado de acordo com os interesses particularistas das elites agrárias. Entretanto, conforme discutido nos capítulos anteriores do presente trabalho, a confluência de um

conjunto de condições e circunstâncias promoveu profusas transformações no arranjo social e político nacional, nos anos iniciais do século XX. O poderio da elite agrária nacional foi, nessa perspectiva, diretamente afetado.

Ocorre que, foi possível no decurso desse período o adentramento do país na modernidade. Gerida pelo governo de Getúlio Vargas essa empreitada teve como insígnia a constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro. O conceito de modernidade, central no pensamento científico brasileiro do século XX, se fez amplamente presente na análise do espaço (MACHADO, 1995). Para a intelectualidade da época “modernizar” consistia-se em: “[...] reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com as estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço.” Ou seja, “[...] o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno” (MORAES, 2005b, Pp.96-97).

Eli Penha (1993) destaca que, para a efetivação desse projeto, durante o Estado Novo houve a promoção de um tríptico movimento de centralização, burocratização e racionalização em torno da esfera estatal. Esse processo subjazeu à constituição do Estado Capitalista-Industrial brasileiro, bem como significou a quebra das autonomias estaduais responsáveis por ampararem os polos oligárquicos. Nesse contexto, de acordo com Moraes (2005b), a centralidade da temática regional na interpretação do Brasil é um elemento de destaque nas “*ideologias geográficas*”⁴ do Estado Novo.

Tem-se, pois, que, no Estado Novo, esforços foram despendidos no sentido da promoção de um “[...] movimento de centralização do poder estatal na esfera do executivo e da União, constituindo forte reação à tendência centrífuga do pacto federativo da República Velha” e, por conseguinte, “não podendo apegar-se às divisões estaduais tradicionais para o exercício do governo” (MORAES, 2005a, p.98). Dada a extensão territorial do país, a articulação dessa centralização demandou a promoção de escalas governamentais intermediárias entre a esfera federal e municipal. A região prestou-se, portanto, à execução dessa intermediação. A materialização desse pressuposto se deu através da elaboração da primeira divisão regional do território brasileiro, em 1942.

No âmbito administrativo, essa divisão prestou-se ao planejamento territorial, modernização, centralização e burocratização do aparelho estatal. No mais, em termos

⁴ As ideologias geográficas operam como substância das representações coletivas acerca dos lugares. Desse modo, elas atuam tanto no engendramento das concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto na autoconsciência que os distintos grupos sociais constroem acerca de seu espaço e da sua relação com ele (MORAES, 2005).

políticos, ela buscou torpedear de maneira indireta regionalismos e resquícios de autonomias estaduais. Desse modo, “[...] a criação das Grandes Regiões Naturais representou, neste sentido, uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os Estados, ao mesmo tempo que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o ‘muro federalista’ por cima e por baixo” (PENHA, 1993, p. 108).

3.2 A Geografia Lablachiana como instrumento de promoção dos interesses da classe dirigente no contexto articulação da primeira divisão regional brasileira

Diante do contexto de constituição do aparelho administrativo do Estado, pautado no princípio da centralização dos comandos e descentralização funcional ou administrativa, o estabelecimento de bases instrumentais para o aprimoramento da gestão territorial foi aspecto central do Governo Vargas. É sabido que se iniciava, nesse período, um intenso processo de transformação da sociedade brasileira, pautado na urbanização e na industrialização, que culminaria no “*Desenvolvimentismo*” dos anos de 1950.

A consubstancialização das políticas econômicas em escala nacional – tendo a integração das regiões do país como princípio fundante – demandou a articulação de políticas territoriais. Esse “projeto”, conduzido pelo governo brasileiro, exigiu uma “[...] aplicação especial no conhecimento do território geográfico e na formulação de políticas para a sua administração” (GEIGER, 1993 *apud* PENHA, 1993, p.11). O ordenamento territorial assume relevante preponderância durante o Estado Novo, sendo o reajustamento do quadro político-territorial – com vistas à coesão, equilíbrio e desenvolvimento nacional – expressão desse projeto.

Nesse sentido, um conjunto de práticas geográficas foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ao longo dos anos 1930 e 1940, no qual o conhecimento geográfico nacional foi influenciado por orientações alemãs, francesas e norte-americanas. A partir desse aporte, o Instituto elaborou estudos e sugestões referentes a um conjunto de temários, como por exemplo:

[...] ocupação efetiva do território; a divisão deste de maneira equitativa e racional, a localização adequada da capital da República; a distribuição “mais conveniente” das massas demográficas, o surto de uma rede de núcleos urbanos; a racionalização dos limites e divisas; e o estabelecimento de uma rede rodoviária “integradora da nacionalidade” (PENHA, 1993, p.101).

A definição de uma divisão regional oficial para o território brasileiro – que se apresentasse adequada para levantamento de dados estatísticos e estabilidade por um longo período – era imprescindível à formulação e promoção de políticas econômico-territoriais em

um contexto de incentivo à industrialização. Essas políticas deveriam fundamentar-se na racionalidade técnica, avaliação quantitativa imparcial dos lugares e planejamento (MORAES, 2005a, p. 107).

Diante dessa perspectiva, coube à Divisão de Geografia – unidade do Conselho Nacional de Geografia (CNG-IBGE) –, sob direção do engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães, a elaboração do modelo da primeira divisão regional oficial do Brasil. O propósito dessa divisão era o de apresentar a articulação teórica de uma regionalização que subsidiasse a gestão administrativa do território. Essa divisão deveria constituir-se enquanto articulação teórica de uma regionalização com objetivo de subsidiar a gestão administrativa do território.

Atendendo às demandas políticas e administrativas, a Assembleia-Geral do CNG estabeleceu uma tríade normativa que deveria nortear a articulação da divisão regional brasileira (PENHA, 1993). Tem-se, dessa maneira, que o modelo regional deveria pautar-se em:

- a) Indivisibilidade de qualquer unidade componente;
- b) agrupamentos de Unidades Federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características;
- c) fixação de um número reduzido de regiões para se efetuar a divisão.

O item “*Indivisibilidade de qualquer unidade componente*” demonstra que o Governo Federal estava disposto a não acirrar os conflitos regionais ainda latentes. Ocorre que o “[...] processo de constituição do Estado capitalista industrial brasileiro, significou a quebra das ‘autonomias estatais’ que amparavam os pólos oligárquicos, resultando numa crescente centralização do poder” (PENHA, 1993). Os dispositivos constitucionais presentes na Constituição de 1937 retiraram repentina e abruptamente a autonomia política dos estados da federação e, conseqüentemente, de suas lideranças políticas.

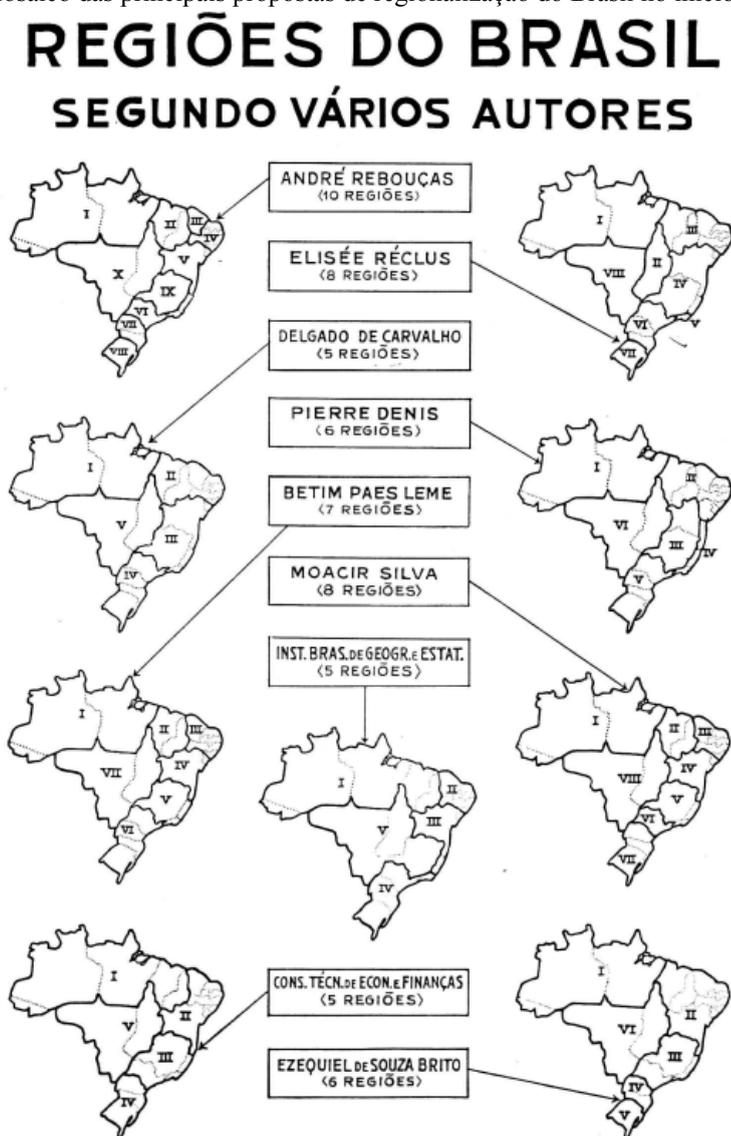
Essa normativa prestava-se, pois, à manutenção das malhas de limites municipais outrora constituídas, demonstrando que o Governo Federal procurava evitar confronto mais direto com a elite agrária. No entanto, a criação das Grandes Regiões Naturais – orientada pela normativa “*Agrupamentos de Unidades Federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características*” – torpedeou indiretamente os regionalismos remanescentes e resquílios de autonomias estaduais (PENHA, 1993).

A criação das *Grandes Regiões* atuou enquanto “uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o ‘muro’ federalista ‘por cima e por baixo’” (PENHA, 1993, p.108).

Ao apresentar uma perspectiva espacial que trespassava os limites dos estados, a articulação de um modelo oficial de regionalização promoveu determinados níveis de conflitos, bem como foi responsável por mobilizar interesses divergentes entre poder central e unidades federativas no tocante à concepção de domínio do território (DAVIDOVICH *apud* PENHA, 1993).

Dentre um vasto conjunto de propostas e sugestões de ordenamento territorial apresentado ao CNG – tanto por órgãos públicos e privados, quanto por trabalhos científicos individuais – a divisão regional elaborada pelo professor Delgado de Carvalho em 1913 foi selecionada por Guimarães e equipe como aquela que viria a ser o primeiro modelo de divisão regional oficial do território brasileiro.

Figura 11: Mosaico das principais propostas de regionalização do Brasil no início do século XX



Fonte: Guimarães, F. D. M. S, 1941, p. 344

Em 14 de julho de 1941, através da Resolução Deliberativa nº 72 da Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia (CNG), essa proposta foi adotada enquanto divisão regional oficial do território nacional. Essa adoção se deu em um contexto de constituição do Estado Capitalista brasileiro, bem como de animosidade entre poder federal e estados. Obedecendo às determinações da presidência, ela se generalizou no País, objetivando-se ao atendimento da administração pública (PENHA, 1999).

A fixação das regiões, conforme o modelo proposto por Delgado, orienta-se pelo agrupamento de elementos territoriais homogêneos (aspectos físicos em particular) o que garantia “[...] vantagem para a administração pública de generalizar procedimentos uniformes relativos às pesquisas e trabalhos geográficos e estatísticos e, sobretudo, para atender às conveniências práticas de não desmembrar qualquer Unidade Federada” (PENHA, 1993, p.108).

A apresentação do modelo de divisão regional para o território brasileiro selecionado pelo Conselho, assim como o arcabouço teórico-metodológico que subjazia a essa escolha foram apresentados em artigo científico publicado na Revista Brasileira de Geografia (1941). No trabalho, intitulado “*Divisão Regional do Brasil*”, Fábio de Macedo Soares Guimarães discorre acerca da necessidade de instituição de um modelo único de divisão regional para território nacional, trata dos aspectos teóricos e práticos relativos à articulação dessa regionalização e demonstra que a proposta de divisão regional articulada por Delgado de Carvalho (1913) era a que melhor se adequava às demandas políticas da época.

O embasamento teórico com o qual Guimarães desenvolveu sua tese fundamenta-se em proeminentes geógrafos do século XX, especialmente franceses (como André Cholley, Jean Brunhes, Lucien Gallois, Vidal de la Blache, e – principalmente – Camille Vallaux), conforme sinaliza Contel (1990). No mais, a fundamentação teórico-conceitual do artigo foi articulada mediante as obras: *Paul Vidal de la Blache* (Lucien Gallois, 1918); *La Géographie Humaine* (Jean Brunhes, 1934); *Régions naturelles et noms de pays* (Lucien Gallois, 1909); *Atlas Général* (Vidal de La Blache, 1894); *Les Sciences Géographiques* (Camille Vallaux, 1929); *La Géographie politique d’après les écrits de M. Fr. Ratzel* (Vidal de La Blache, 1898).

Trata-se, portanto, de uma bibliografia constituída por obras redigidas por autores que se inscrevem na denominada *Escola Lablachiana de Geografia* chamada por L. Febvre de Possibilista. Grosso modo, o Possibilismo compreende que o meio físico promove um conjunto de possibilidades ao Homem no que se refere ao exercício das atividades humanas e que este possui liberdade de escolha na relação desenvolvida com a natureza. Por conseguinte,

as relações que se estabelecem entre o meio físico e a organização social caracterizam-se por serem complexas e múltiplas, havendo inúmeras possibilidades, inúmeras alternativas e inúmeras escolhas (LENCIONI, 1999). Assim, “contrapondo-se ao determinismo, a ideia do possível; ou seja de cursos alternativos possíveis de transformação, e a ideia de liberdade como possibilidade do homem substanciaram-se no pensamento possibilista” (LENCIONI, 1999, p.85).

Fundada por Paul Vidal de La Blache a *Escola Possibilista* fundamenta-se no princípio da “objetividade” e condena a vinculação entre pensamento geográfico e interesses políticos. Trata-se, de uma tentativa de Vidal de imprimir ao pensamento geográfico o mito da ciência “asséptica”, que ao defender a “necessária neutralidade do discurso científico”, busca promover a despolitização aparente do temário dessa disciplina (MORAES, 2007). Diante do exposto, ressalta-se que o discurso científico está intrinsecamente relacionado aos interesses das classes dominantes e que “este posicionamento, de acobertar o conteúdo político da ciência, originou-se do recuo do pensamento burguês (após a sedimentação dessa classe no poder) temeroso do potencial revolucionário do avanço das ciências do homem” (MORAES, 2007, p.23).

Uma abordagem geográfica naturalista e neutra para a análise do espaço nacional estava alinhada aos interesses autoritários do Estado Novo (MACHADO, 1995). A concepção vidaliana, além de possibilitar a promoção do cientificismo enquanto mecanismo modernizador, excluía a relação das problemáticas regionais com o processo social e econômico do País, bem como “[...] uma divisão regional hierarquizada, segundo unidades físicas, expressaria a divisão do território como instrumento do controle e da operacionalização de projetos econômicos pelo poder central (PENHA, 1993, p.89).

Diante dessa perspectiva, a abordagem vidaliana serviu como aporte da gestão administrativa do território. Salienta-se, todavia, que “não é o caso de se buscar na obra de Vidal de La Blache um trabalho específico que trate da exposição do objeto e do método da Geografia” (LENCIONI, 1999, p.106). Ocorre que, sua obra é composta por um conjunto de produções que não se objetivam à contemplação dos encadeamentos e sistematização dos procedimentos teórico-metodológicos concernentes à disciplina geográfica.

A relativa ausência de um referencial teórico explícito, bem como da relação direta entre a obra de Vidal e uma doutrina científica definida não corresponde, contudo, a uma negligência teórica ou empirismo cego que o eximiu de preocupações metodológicas (GOMES, 1996). Ressalta-se, que “Vidal não se restringiu a descrever realidades, ele também criou categorias, noções gerais interligadas que constituem a própria base de seu discurso

teórico. A análise destas categorias e de seu papel pode, pois, revelar certos aspectos negligenciados da epistemologia vidaliana” (GOMES, 1996, p.198).

No mais, as reflexões de caráter teórico-metodológico que orientaram o trabalho desse autor estão dispersas, podendo ser consultadas nos escritos produzidos por seus seguidores. Tem-se, desse modo, que “nos estudos de Lucien Gallois (1857-1941), um dos seus discípulos, que publicou *Régions naturelles et nom de pays, étude sur la région parisienne*, de 1910, a ideia de região, nos moldes lablachianos, aparece com maior clareza” (LENCIONI, 1999, p.106).

Com base nas concepções teóricas desses autores, isto é estudiosos inscritos na escola possibilista de geografia, Guimarães advoga sobre a utilização das regiões naturais como base para a regionalização do território nacional, embora evite o “determinismo geográfico” das concepções mais rígidas de região natural. A determinação das *Regiões Naturais*, conforme a concepção vidaliana, perpassa por quatro elementos fundamentais: organismo, meio, ação humana e gênero de vida (GOMES, 1996). O desenvolvimento do arcabouço teórico-metodológico que fundamenta o trabalho de Guimarães é, pois, estruturado nesses quatro pilares que se apresentam de maneira diluída no decorrer de *Divisão Regional do Brasil*.

O capítulo introdutório do artigo é denominado de “*Necessidade de fixação duma divisão única*” e tem como pressuposto que a inexistência de uma homogeneidade de aspectos no território nacional demanda um estudo fracionado de suas múltiplas partes. É mister, segundo o autor, que a definição dessas partes se dê em conformidade com disposições determinadas pela natureza. Logo de princípio, Guimarães apresenta a afirmativa de que “o estudo dum grande território, como o do Brasil, segundo os métodos da Geografia moderna, exige, como condição de êxito, a sua divisão em unidades menores, as chamadas ‘regiões naturais’” (GUIMARÃES, 1941, p.318).

A divisão regional tida por Guimarães como mais adequada é aquela que mais se aproxima das características geográficas, isto é, aquela que tem como parâmetro as *Regiões Naturais*. Nessa perspectiva, entende-se que cabe ao geógrafo a articulação teórica de uma divisão pautada nas referidas regiões. Esta subsidiará o trabalho do administrador, cuja função é “[...] encontrar a melhor solução prática, modificando convenientemente, de acôrdo com as necessidades administrativas, a divisão que lhe é apresentada pelo geógrafo” (GUIMARÃES, 1941, p.322).

Problemática capital com a qual o geógrafo se defronta no exercício de articulação teórica de um modelo de divisão regional para o território nacional é a falta de rigor científico

para com o conceito de *Região Natural*. Produto dessa deficiência teórica é a proposição de um conjunto de divisões que variam extraordinariamente em número e/ou em limites. A solução desse impasse, conforme evidenciado pelo engenheiro, depende tanto de um conhecimento mais apurado do território, quanto da interpretação e explicação dos fatos geográficos com vistas à definição dos quadros naturais que compõem o país.

Por sua vez, tem-se que em termos práticos a problemática é bastante diversificada. Em suma, entende-se que se trata de uma divisão regional que se presta ao atendimento administrativo e utilitário do Estado Nacional brasileiro. Portanto, compreende-se que “nesse caso não se pode fazer abstração das unidades políticas em que se divide o país, pois tais unidades são os diferentes setores territoriais da administração pública” (GUIMARÃES, 1941, p.320).

Subsequentemente a essa discussão o autor discorre acerca das vantagens do estabelecimento de um modelo de divisão regional oficial. A visão sintética e integrada das múltiplas realidades nacionais, bem como a similitude entre problemáticas administrativas apresentadas por diferentes unidades federativas são indicados como prerrogativas para o agrupamento dessas unidades em regiões pouco numerosas (GUIMARÃES, 1941). No mais, o autor salienta que a realização de comparações, análises e sínteses das diversas porções do território só será possível se os dados e informações forem ordenados sob uma mesma base de divisão regional.

Os aspectos teórico-metodológicos que concernem propriamente à elaboração de um modelo de divisão regional para o território brasileiro foram tratados no segundo capítulo do artigo de Guimarães, intitulado “*Conceitualização de Região Natural*”. A adequada definição de *Região Natural*, haja vista as problemáticas ocasionadas em decorrência da imprecisão da acepção desse conceito, é preocupação primordial neste capítulo.

O autor expõe que o conceito de Região Natural deriva de dois importantes princípios da Geografia Moderna. Trata-se, desse modo, do princípio *Conexão* aliado ao princípio *Extensão*. O primeiro trata das inter-relações desenvolvidas entre fenômenos que ocorrem em uma mesma localidade, enquanto que o segundo tem como premissa o estudo da distribuição de fenômenos pela superfície terrestre (respondendo às questões “onde” e “até onde”) (GUIMARÃES, 1941).

Os fundamentos que subjazem aos princípios de *Conexão* e *Extensão* podem ser observados na categoria *Meio* preconizada por Vidal de La Blache. Gomes (1996) coloca que o *Meio*, conforme a concepção vidaliana, apresenta um caráter sintético e circular. Sua sinteticidade decorre da fusão de múltiplas forças – cujas origens são diversas – que agem

simultaneamente lhe dando uma determinada forma. Enquanto que sua circularidade é resultante da aparente totalidade dessa forma que é, todavia, a reunião de diversos elementos em conexão (que concomitantemente são causa e efeito uns dos outros). Essa qualidade do *Meio* relaciona-se ao princípio *Conexão* aludido por Guimarães.

No mais, conforme Gomes (1996), a observação do movimento dos elementos constitutivos, bem como as funções e limites desse *Meio* almeja subjazer a reconstituição do conjunto enquanto um “todo” organizado. Essa reconstituição relaciona-se, por sua vez, ao princípio de *Extensão* ao possibilitar que as questões “onde” e “até onde” sejam elucidadas.

Assevera-se, portanto, que o *Meio* constitui-se como resultado de um campo de ação e tensão particular que é o próprio objeto do conhecimento. Tem-se, desse modo, que “a fisionomia é a expressão da singularidade de cada combinação. Ela permite reconhecer a expressão de uma essência invisível (o movimento) dentro do domínio do “visível” (sua manifestação concreta)” (GOMES, 1996, p.200).

A análise da distribuição dos fatos geográficos – isto é, das múltiplas forças – e das influências recíprocas que esses fatos exercem entre si numa dada *Extensão* é demanda necessária à determinação de uma *Região Natural*, conforme Guimarães (1940). No mais, a *Região Natural* nunca é definida por um caractere isolado, mas por um conjunto deles correlacionados entre si, essa correlação é o que confere a unidade característica a cada região. Entende-se, portanto, que:

Considerados isoladamente, os traços de que se compõe a fisionomia dum país tem o valor de um fato; mas êles só adquirem o valor de noção científica quando são colocados no encadeamento de que fazem parte e somente êste é capaz de lhes dar sua plena significação. A característica duma região é assim uma cousa complexa, que resulta do conjunto dum grande número de traços e da maneira como êles se combinam e se modificam uns aos outros (VIDAL DE LA BLACHE, 1894, prefácio *apud* GUIMARÃES, 1941, p.329)

Essa metodologia, outrossim, inscreve-se na geografia vidaliana, especificamente na noção de *Unidade Terrestre*. Destarte, “inspirando-se nesta ideia de unidade terrestre, a geografia vidaliana se esforçava no sentido de revelar as combinações dos fenômenos. A perspectiva holística, as pesquisas dos conjuntos e dos fenômenos correlatos eram fundamentais no pensamento vidaliano” (BERDOULAY, 2017, p.181).

Delgado de Carvalho, em “*Metodologia do Ensino Geográfico*”⁵, pretendendo demonstrar como a noção de unidade terrestre se consubstancia, estabelece analogia entre as múltiplas partes que compõem uma planta e a região natural. Ele coloca que os elementos

⁵ Obra de 1913 em que Delgado de Carvalho apresenta sua proposição para a divisão regional do Brasil que viria, anos depois, ser selecionada pela Divisão de Geografia enquanto modelo para a primeira divisão oficial do território nacional.

que constituem uma planta – tal como raiz, caule, folhas e flores – não são, dentro da mesma planta, fenômenos isolados e autônomos, não se trata, portanto, de manifestações independentes, mas dizem respeito à concepção organicista do autor. Dessa maneira, entende que “assim também condicionam-se reciprocamente os fatores geográficos: um regime térmico, um tipo de vegetação, uma forma topográfica, um regime de chuvas, um tipo de solo, um recurso natural, estão em estreita correlação para a formação de um ambiente geográfico”. Diante do exposto, o autor coloca que “uma região natural é, pois, como uma planta: representa uma situação criada por interações diversas, que ao homem é dado observar e explicar, depois de ter tido conhecimento dos mecanismos e processos dos fatores isolados, artificialmente isolados” (DE CARVALHO, 1944, p.6).

Delgado de Carvalho se dedica à elaboração de uma reflexão teórica mais pormenorizada acerca do conceito de região natural em “*As bases da divisão geográfica*” texto que integra o terceiro capítulo do livro “*Metodologia do Ensino Geográfico*”. Segundo o referido geógrafo, “cada uma dessas zonas [as regiões naturais] tem seu aspecto próprio, seus sistemas orográficos e hidrográficos resultantes de sua geologia, sua estrutura física completa e harmoniosa; tem também seus climas e as respectivas conseqüências que geram suas condições econômicas especiais”. Por seu turno, “[...] o homem ligado ao solo em que vive, amoldado pela natureza, constitui em cada um destes quadros uma sociedade característica, com seus usos, seus costumes, seu gênio” através “deste conjunto e desta conexão geográfica nascem interesses regionais próprios, preocupações locais, que fazem da região um organismo inteiro, um todo que vive, que evoca” (DE CARVALHO, 1944, p.14).

A compreensão apresentada por Carvalho de região enquanto organismo é consoante ao pensamento possibilista. Essa noção, conforme Gomes (1996) concebe a Terra, nações e cidades, bem como a paisagem e a região enquanto organismos. Diante dessa perspectiva, “nem a escala, nem o tipo de fenômeno eram importantes, quer ele fosse essencialmente natural (paisagem não-humanizada), quer fosse humano poderia sempre ser considerado como um organismo” (GOMES, 1996, p.198).

No que concerne propriamente ao estudo das relações e combinações dos fenômenos, tem-se que não se trata de um conjunto tomado indistintamente. Cabe ao geógrafo, portanto, a seleção e interpretação daqueles fenômenos que são efetivamente significativos. Esses fenômenos atuam distintamente em cada região, sendo que as notas características variam de um território para outro. Dentre esses fenômenos, Guimarães destaca como elementos fundamentais: situação geográfica, geologia, relevo, clima e vegetação.

A seleção e interpretação de elementos preponderantes para a definição dos

fenômenos que caracterizam uma dada região trata-se de uma abordagem possibilista de pesquisa. Abordagem que compreende que “[...] para cada região, existe um movimento particular resultante das combinações múltiplas entre os elementos que a compõem” (GOMES, 1996, p.210). A percepção dessas relações reclama um olhar “erudito”, haja vista que à um olhar menos treinado os elementos podem parecer demasiadamente dispersos (GOMES, 1996).

De se observar mais e mais diretamente, mais e mais atentamente as realidades naturais. Este método trouxe seus frutos, o essencial é ater-se a eles. (DE LA BLACHE, PAUL VIDAL, 1913, p. 299)

A estabilidade dos fenômenos atinentes à Geografia Física justifica a predileção por uma divisão regional baseada em aspectos físico-naturais. Contudo, os fatos humanos podem servir secundariamente como elementos de caracterização dessas regiões. Ocorre que, de acordo com o autor, mesmo com o domínio da natureza pela técnica, produto do progresso da civilização, é inegável a dependência do homem em relação ao meio físico. Compreende-se, desse modo, que embora não haja um determinismo absoluto ou exclusivo é indiscutível que não se pode negar por completo sua existência. Dessa maneira, respaldando-se no pensamento de Vidal de La Blache o autor aponta que:

[...] explicar os fatos particulares é mostrar sua dependência em relação às leis gerais, dependência que pode ser complexa quando as causas que agem são numerosas e variadas, que pode mesmo escapar a todo determinismo, mas que exerce sempre por algum lado, *pois o homem não pode libertar-se inteiramente da tirania das forças naturais*. (L. GALLOIS, 1918, p.163 *apud* GUIMARÃES, 1941, p.338)

Desse modo, embora as *Regiões Humanas* não coincidam com as *Regiões Naturais* – dado a “libertação” progressiva do determinismo geográfico, processo que, no entanto, jamais alcançará sua completude (GOMES, 1996) –, ocorre que os elementos humanos podem atuar como confirmação de resultados obtidos pela Geografia Física. Esse fundamento proposto por Guimarães relaciona-se, sobremaneira, à noção vidaliana de *Ação Humana*.

A profusa capacidade transformadora da ação humana exerce papel central na organização do meio. Essa noção nega a concepção determinista de que o homem é mero elemento entre uma vasta gama existente. De acordo com essa proposta o ser humano se faz mestre dos elementos, dado que ele se adapta à natureza e a transforma conforme suas necessidades e interesses. Essa capacidade virtual de adaptação e transformação do meio é relativa e depende da herança cultural e instrumental do homem. Diante dessa perspectiva, o discurso de La Blache propõe uma luta aberta entre cultura e natureza (GOMES, 1996).

Assim, concomitantemente o homem age e sofre ação do meio ambiente. Portanto, salienta-se que “o homem faz parte desta cadeia e, em suas relações com o que o cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil determinar na maioria dos casos até que ponto ele é um ou outro” (LA BLACHE, 1921, p. 104).

A relevância dessa noção à regionalização proposta por Guimarães refere-se à possibilidade de resolução de dúvidas que permaneçam quanto à determinação ou quanto à unidade que caracteriza uma região natural. Nas palavras do próprio autor, “tal unidade característica reflete-se fortemente nas modalidades de vida da população” (GUIMARÃES, 1941, p.339). Por modalidades de vida entende-se a forma específica de cada grupo produzir a vida. Trata-se do conjunto particular de atitudes e condutas cuja significação advém do interior do próprio grupo e é expressa através das vestimentas, bem como mediante a maneira de falar, habitar, etc.

Essa noção é denominada pela geografia lablachiana enquanto *Gêneros de vida*. Dessarte, tem-se que concomitantemente um gênero de vida revela os meios desenvolvidos por uma dada coletividade na luta por sua sobrevivência (superando em diversos níveis os desafios impostos pela natureza), bem como trata-se de resultantes das escolhas humanas frente ao meio ambiente (escolhas que conduzirão a progressões mais ou menos rápidas e conseqüentemente uma conquista mais ou menos eficaz). Assim, “os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade” (GOMES, 1996, p.206). Desse modo, assevera-se que:

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um golpe só, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso (VIDAL DE LA BLACHE. P, 1921, Pp. 115-116).

O emprego dessa noção vidaliana na formulação da base teórica do documento que orientou articulação da primeira divisão oficial do território brasileiro pode ser observada no excerto a seguir:

Como exemplo, relativo às considerações acima, podemos citar o Nordeste, que comporta certamente sub-divisões. A chamada “zona da Mata”, faixa litorânea [...] constitui a maior parte da região, distingue-se certamente das zonas chamadas “agreste e sertão”. Destacá-la, seria porém quebrar a unidade deste grande “todo” regional que é o Nordeste. Trata-se de duas partes complementares, indissolúvelmente ligadas. Tais laços refletem-se claramente nos fatos da Geografia Humana, sobretudo nos fatos econômicos. Conforme salientámos [...] os fatos humanos podem servir como elemento de caracterização das “regiões naturais”

desde que se considerem apenas aqueles que resultem do determinismo geográfico. As ligações entre os habitantes da “mata” e os do “agreste” e do “sertão” não são artificiais, não resultam de nenhum capricho do livre arbítrio humano, mas foram determinadas pelas próprias condições naturais. (GUIMARÃES, 1941, p.348)

Dado o exposto, o autor coloca que “o estudo dum país extenso como o Brasil recomenda a divisão em ‘Grandes Regiões Naturais’, vastos blocos em pequeno número, cada um formando um grande todo, definido por algumas características gerais, distintas das dos outros.” No mais, “cada uma delas deve ser, contudo, subdividida em partes menores, ‘Regiões’ propriamente ditas, e estas, por sua vez, em ‘Sub-regiões’, para um estudo cada vez mais pormenorizado” (GUIMARÃES, 1941, p.330).

Em conclusão, as bases diretivas que devem orientar o trabalho do geógrafo na articulação teórica de uma divisão regional do território nacional foram sintetizadas pelo autor (GUIMARÃES, 1941, p.341) em 5 tópicos, conforme seguem:

1. Uma região natural deve ser caracterizada por um conjunto de fenômenos – e não por um único isoladamente – correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere à região a sua unidade. Nem todos os fenômenos precisam ser considerados, mas sim aqueles que são realmente significativos, em torno dos quais todos os outros se agrupam, e que dão à região um cunho particular. Tais elementos fundamentais, não são os mesmos de uma região para outra.
2. As regiões devem ser pouco numerosas e tanto maiores quanto mais extenso é o país que se considera. Tais “Grandes Regiões” podem ser divididas em “Regiões” menores e estas em “Sub-regiões”, para um estudo cada vez mais pormenorizado.
3. As regiões devem ser nitidamente delimitadas nas cartas, por limites lineares, evitando-se a representação de zonas de transição por tintas esbatidas. Tais zonas, no caso de deverem ser consideradas, pela importância que tiverem, devem ser encaradas como regiões distintas, tais como outras quaisquer. Quando a diferenciação se dá por gradações insensíveis (diferenciação por diversidade), a delimitação deve ser baseada naqueles fenômenos, embora secundários, que apresentem algum contraste.
4. Uma região natural deve ser caracterizada por fenômenos do domínio da Geografia Física. Dentre os fatos humanos, podem ser utilizados aqueles que resultem do imperativo do meio físico, a título de confirmação, e para solucionar os problemas que ainda se apresentem quanto aos limites.
5. As regiões naturais constituem a melhor base para a divisão regional prática, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que

permita a comparação dos dados em diferentes épocas. As regiões humanas, particularmente as econômicas, pela sua instabilidade, não fornecem base conveniente para tal comparação no tempo; constituem, porém, uma boa divisão para estudo dum país numa dada época, quando mais importar a comparação no espaço, de umas partes com as outras. No caso duma divisão para fins didáticos deve sempre ser considerada como básica a divisão em regiões naturais.

No terceiro capítulo, intitulado “*Divisões Regionais do Brasil propostas por diversos autores*”, Guimarães realiza breve revista dos principais modelos de divisão regional utilizados à época. Trata-se de um esforço em demonstrar quais as tendências dominantes na busca pela resolução da problemática. Dessa maneira, realiza apontamentos sucintos acerca das características das propostas de Martius, André Rebouças, Elisée Reclus, Said Ali, Delgado de Carvalho, Pierre Denis, Betim Pais Leme, Moacir Silva, Pe. Geraldo Pauwels, da divisão adotada pelo IBGE (regionalização estabelecida em 1938 e que teve como base o modelo utilizado pelo Ministério da Agricultura) e divisão regional segundo o Conselho Técnico De Economia e Finanças.

Embasando-se no referencial metodológico apresentado no segundo capítulo (GUIMARÃES, 1941), o autor realiza um exame dos principais aspectos concernentes às divisões citadas. Há aquelas que se adequaram mais ou menos às recomendações apontadas, sendo o modelo de Delgado de Carvalho aquele considerado ideal dentro do universo analisado.

A proposição desenvolvida por Delgado de Carvalho é produto de uma inovadora metodologia de estudo para a Geografia Regional. Essa metodologia foi aplicada em *Geografia do Brasil*, livro didático lançado por Carvalho em 1913 que caracterizou-se por marcar uma nova etapa na evolução do ensino de Geografia no Brasil. Guimarães (1941, p.346) aponta que a originalidade do método de análise regional desenvolvido pelo professor é que “em vez do estudo feito até então pelas unidades políticas isoladas, eram estas agrupadas, e dentro de cada quadro regional passava a ser estudada, quer a Geografia Física, quer a Geografia Humana”. Delgado de Carvalho compreendia que:

Tornando-se necessária uma nova norma para o agrupamento dos fatos geográficos no estudo do Brasil, encontramos o difícil problema da divisão lógica a adotar. Uma divisão geográfica só pode ser procurada na própria geografia. É dizer, desde já, que nos afastamos francamente da divisão administrativa, que até hoje serviu de base ao estudo detalhado dos fatos físicos, econômicos e sociais de nossa terra. Entre nós a divisão por Estados, para o Ensino da geografia, tem sido o maior obstáculo ao

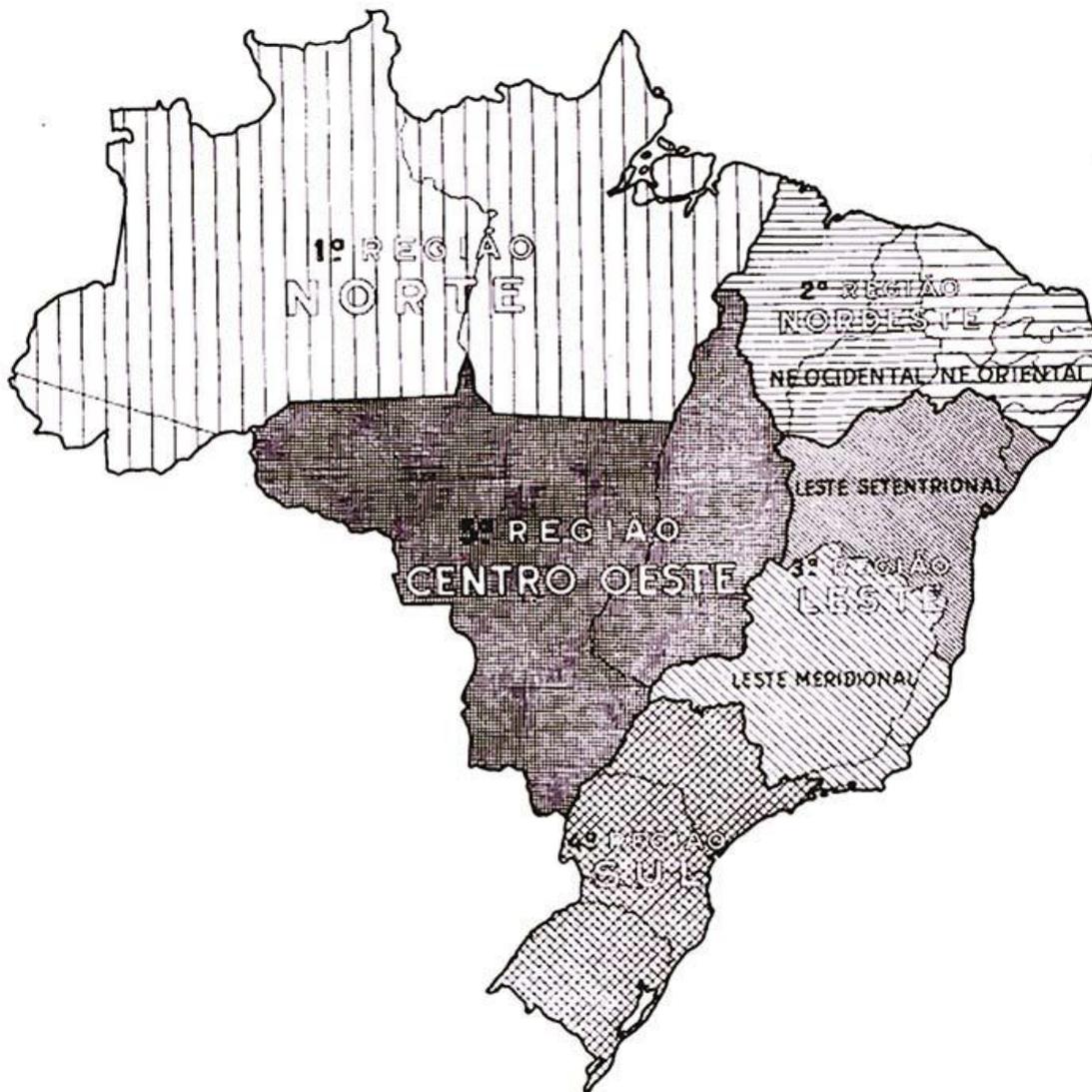
progresso da ciência geográfica no domínio didático. Os Estados, por seus limites baseados sobre as tradições, sobre a história e o direito, vêm destruir a harmonia dos fenômenos causados pela natureza. “A natureza, disse o geógrafo alemão Carl Ritter, não é um mecanismo morto”, a natureza, pelo contrário, é a vida é o movimento; é pois necessário não mutilá-la, não separar os seus elementos essenciais quando êsses servem, exatamente, a construir um conjunto que vive, que sente, que vibra! Para explicar uma região, é preciso reunir todos os traços fisionômicos que servem para caracterizá-la (DE CARVALHO, 1944, p.13).

A divisão regional elaborada por Delgado “trata-se evidentemente duma divisão prática, para fins didáticos e por isso as unidades políticas tiveram de ser consideradas por inteiro”. Essa proposição “baseou-se, porém, numa divisão em ‘regiões naturais’, sendo os estados reunidos de modo a formarem grupos a elas semelhantes o mais possível” (GUIMARÃES, 1941, p.346).

A distribuição das unidades federativas, segundo a divisão regional proposta por Delgado de Carvalho, ordena-se da seguinte maneira:

- I. Brasil Setentrional ou Amazônico (Acre, Amazonas e Pará);
- II. Brasil Norte-oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas);
- III. Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais);
- IV. Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul);
- V. Brasil Central (Goiás e Mato Grosso).

Figura 12: Modelo da divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/>

A Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (S.G.E.F) procurou elaborar a caracterização dessas *Regiões Naturais*. Neste estudo, “as regiões então consideradas são as mesmas cinco admitidas pelo Professor Delgado de Carvalho, abstraindo-se porém das divisas dos estados e estendendo-se cada uma até onde continua a apresentar os mesmos característicos dominantes” (S.G.E.F, 1940, p.640). Os resultados desse trabalho foram publicados na Revista Brasileira de Geografia no número de outubro de 1940.

Intitulado “*O Conselho Nacional de Geografia na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal*”, o texto que discorre acerca da caracterização regional brasileira, articulada pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (S.G.E.F), consta no item *Mapa Regional* da seção *Comentários* da revista. A caracterização

dos grupos regionais foi parte integrante de um significativo conjunto de mostruários relativos à história brasileira (em que houve a elaboração de quatro mapas especiais – físico, político, histórico e regional – do território nacional), enviados à Portugal – em comemoração ao centenário de fundação (1140) e restauração (1640) lusitana – e exibidos na *Exposição do Mundo Português*. No que concerne a essa celebração “fez-se o Brasil condignamente representar, enviando ao país irmão uma embaixada especial, chefiada pelo General Francisco José Pinto, a qual muito contribuiu para ainda mais estreitar os laços de afeto que unem as duas pátrias”. Nesse sentido, entendeu-se que “tratando-se duma demonstração que tinha por fim tornar maior o conhecimento da terra e do povo brasileiros, não podia o Conselho Nacional de Geografia deixar de prestar o seu apoio” (S.G.E.F, 1940, p.639).

Figura 13: Cartografia apresentada na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal



Fonte: S.I.G.E.F, 1940, p.646

Destarte, a Secção de Estudos do S.G.E.F (1940) coloca que a Região Norte, ou Amazônica estende-se até onde predomina a presença da Floresta Tropical, a “Hylaea” de Humboldt, seu característico principal. Compreende, desse modo, o extremo noroeste de Mato Grosso, bem como o oeste maranhense onde a selva se apresenta com pujança análoga. A Geografia Humana ratificaria essa divisão. Tem-se, desse modo, que o noroeste mato grossense, “[...] pelas suas fáceis comunicações com o vale do grande rio, pode ser considerado como tipicamente amazônico, quanto ao povoamento, assim como ao gênero de vida dos habitantes afeitos à indústria extrativa dos produtos da grande floresta” (Secção de Estudos do S.G.E.F, 1940, p.640).

O Extremo Sul do Pará, situado a montante das grandes cachoeiras que assinalam os últimos degraus do planalto central, foi considerado como porção pertencente à Região Central, onde há o domínio dos campos cerrados. Ademais, nessa porção onde as comunicações com o vale são dificultadas pelas cachoeiras, poucas relações econômicas se desenvolvem com o extremo norte (S.G.E.F, 1940).

A elaboração descritiva da Região Amazônica, formulada pelo S.G.E.F, recorreu à utilização de elementos humanos como instrumental corroborativo aos resultados obtidos pela Geografia Física. Conforme preconizado por Guimarães em *Divisão Regional* (1941), essa faceta possibilita a resolução de dúvidas relativas à determinação ou unidade característica da região natural. Tem-se, pois, que a unidade característica é profusamente refletida nas modalidades de vida da população (GUIMARÃES, 1941). Essa metodologia de análise e interpretação regional converge com a noção de gênero de vida, presente no pensamento lablachiano, que entende existir um “[...] encadeamento, uma ligação entre esses fatores geográficos e sociais, entre o solo, os cultivos, as ocupações, os agrupamentos, as habitações...” (VIDAL DE LA BLACHE, 1904, Informação Verbal⁶ *apud* HAESBAERT et al, 2012, p.242).

A Região Nordeste, por sua vez, abrange os estados tradicionalmente considerados pertencentes a essa região, como também o sudeste piauiense e o norte baiano. A semi-aridez é um caráter predominante na paisagem local, repercutindo na vegetação, na economia e nos gêneros de vida dos habitantes. Os limites da região estendem-se, dessa maneira, até onde esse caráter se mantém preponderante, aspecto que pode ser reconhecido cartograficamente pela indicação da não perenidade dos rios.

A porção norte da Bahia, dada sua grande aridez, refere-se à zona mais típica do Nordeste, “[...] a descrição dessa zona, o sertão de Canudos é conhecida por todos como exata

⁶ Idem

amostra da paisagem nordestina, popularizada como ficou pelas imortais páginas dos *Sertões* de Euclides da Cunha”. Por sua vez, “[...] o sudeste piauiense, abrangido pela região nordestina, é o único trecho arqueano desse estado, caracterizado além disso pela não perenidade dos rios, pela baixa e irregular pluviosidade e pela vegetação xerófila: a caatinga” (S.G.E.F, 1940, p.640).

A Secção de Estudos S.G.E.F (1940) aponta que outro importante aspecto presente nesta região refere-se à vasta porção dos estados do Maranhão e Piauí que apresentam zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste. Essa propriedade ocasionalmente promove embaraços para os geógrafos: uns consideram-os domínios nordestinos, outros amazônicos. Em virtude disso, a divisão elaborada por Delgado de Carvalho, compreende essa porção como uma ampla faixa de transição, sendo que a delimitação é baseada em fenômenos que, ainda que secundários, são contrastantes.

A Região Este é aquela considerada pela Secção (1940) como a menos homogênea dentre as grandes regiões, havendo a possibilidade de ser facilmente dividida em porções menores. Trata-se de uma região profundamente complexa, na qual é impossível indicar apenas um caráter peculiar predominante. Abrange os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, o Distrito Federal, a porção paulista do vale Paraíba do Sul (a chamada zona “Norte” de São Paulo) e a maior parte dos Estados de Bahia e Minas (a leste do rio São Francisco). A incorporação da porção paulista do vale do Paranaíba se explica pela fisiografia, Geografia Humana e história econômica, correspondendo a uma continuação da parte fluminense do mesmo vale.

Justifica-se a exclusão da zona norte do estado da Bahia por tratar-se do Nordeste. Por sua vez, a porção ocidental de Minas e Bahia, além do São Francisco, foi agrupada à Região Central. Esse agrupamento se dá pelo aspecto geomorfológico – grandes chapadões, com predomínio dos cerrados –, pelo clima – subtropical, com presença de duas estações bem definidas (seca e chuvosa) –, bem como pela dinâmica econômica, havendo predomínio da pecuária.

No que concerne à Geografia Física tem-se uma divisão em três faixas longitudinais: planalto, litoral e serra. No tocante à Geografia Humana há duas subdivisões transversais, a meridional e a septentrional. A primeira apresenta denso povoamento, dado que outrora fora domínio da próspera lavoura cafeeira do XIX e detém um padrão de desenvolvimento industrial regular, enquanto que a segunda caracteriza-se pelo menor adensamento populacional e estreita relação com a Região Nordeste (S.G.E.F, 1940).

A Região Sul, conforme proposto pela divisão articulada por Carvalho, corresponde

exatamente à divisão habitualmente realizada, havendo a exceção da zona “Norte” de São Paulo como salientado anteriormente. Trata-se de uma região menos heterogênea que a região oriental, embora, ainda assim, possa ser facilmente dividida em sub-regiões, como por exemplo: campanha gaúcha, planalto paulista e zona de araucárias.

Região menos conhecida do país, a Região Central detém delimitação já justificada com o tratamento das outras regiões. Possui relativa homogeneidade, comportando as subdivisões do Sul Mato Grossense, Planalto e Pantanal (S.G.E.F, 1940).

A delimitação de cada uma das regiões naturais, como evidenciado, orienta-se por um conjunto particular de elementos. Trata-se, pois, da seleção de uma soma limitada de componentes que atuam preponderantemente na determinação da fisionomia da paisagem. A elaboração da primeira divisão oficial do território nacional foi, portanto, orientada pela descrição “seletiva” dos aspectos de maior relevância, bem como seus movimentos e especificidades. Esse método é pertinente à geografia vidaliana que entende que “a descrição era o esclarecimento dos fatores responsáveis por cada paisagem” (GOMES, 1996, p. 210). Tal como desenvolvido na elaboração da primeira divisão oficial do território brasileiro a proposta vidaliana não propõe um modelo descritivo fixado, pelo contrário, de acordo com sua metodologia “a descrição geográfica deve ser flexível e variada como seu próprio objeto” (VIDAL DE LA BLACHE, 1921, p.13).

A divisão regional do território brasileiro proposta originalmente pelo professor Delgado de Carvalho, em 1913, é constituída por grandes blocos territoriais, bastante distintos entre si e facilmente caracterizáveis. Esses blocos denominados de “*Grandes Regiões Naturais*”, são constituídos, cada qual, por um grande todo caracterizado por uma determinada unidade geral, tendo em vista aqueles fatos fundamentais “em torno dos quais se agrupam todos os outros” (VALLAUX, C. 1929, Pp.162-163 *apud* GUIMARÃES, 1941, p.348).

Desse modo, cada uma das “Grandes Regiões Naturais” compreende porções que se distinguem entre si, trata-se das “Regiões” e estas, por sua vez, podem comportar subdivisões. Essas porções “[...] são complementares, fortemente ligadas entre si, fato êste que repercute nitidamente nas modalidades de vida de seus habitantes” (GUIMARÃES, 1941, p.318).

Guimarães assevera, dessa maneira, no terceiro capítulo de “*Divisão Regional do Brasil*” que o modelo de divisão regional para o território brasileiro, desenvolvido pelo professor Delgado de Carvalho “[...] satisfaz perfeitamente ao estudo da Geografia Física e explica também de modo adequado a diferenciação regional que se observa em muitos fatos humanos, naqueles mais fortemente ligados ao determinismo geográfico, mais estáveis e

normais” (GUIMARÃES, 1941, p.349). Compreendendo a condição incipiente dos estudos geográficos no Brasil, bem como conhecimentos deficientes acerca do território, o autor aponta que o desenvolvimento de novas observações podem vir a promover novas interpretações acerca do território nacional, culminando em significativas modificações na divisão regional tratada. Dessa maneira, entende-se que jamais se poderá afirmar, em um dado momento, que se alcançou a divisão definitiva (GUIMARÃES, 1941). Portanto, o autor afirma que “[...] na fase atual, parece-nos que as ‘regiões naturais’ que serviram de fundamento à divisão do Professor Delgado de Carvalho constituem a melhor base para os estudos geográficos de nosso país (GUIMARÃES, 1941, p.349).

CONCLUSÃO

Depreende-se, mediante a análise realizada, que a conjunção de vários fatores e circunstâncias, de ordem nacional e internacional, foi responsável pelo engendramento de uma nova conjuntura política, tecnológica, psicocultural e social no Brasil. Essa conjuntura promoveu, a partir do alvorecer do século XX, a consolidação do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro.

A condução do projeto nesse período foi gerida pelo governo de Getúlio Vargas que – despendendo esforços no sentido de promover a constituição do aparelho político-estatal brasileiro – buscou, instrumentalizar os mecanismos de gestão do território nacional, reunindo em torno da esfera estatal o controle da administração nacional que até então esteve na mãos das oligarquias agrárias. Dessarte, a constituição desse aparato se deu a partir da centralização e burocratização político-administrativa. O tratamento dos aspectos referentes ao planejamento econômico conjuntamente às políticas territoriais foram, desse modo, elementos primordiais da política estabelecida pelo governo federal nessa empreitada.

A materialização do aparelho estatal brasileiro ocorreu mediante a criação de políticas gerais e setoriais, de organismos diretivos e executivos, bem como através da criação de órgãos consultivos, normativos e deliberativos. Nessa perspectiva, dada a importância da pesquisa geográfica e dos levantamentos estatísticos para a administração do imenso território brasileiro, em vias de integração socioespacial, a criação de um órgão responsável pelo tratamento dessas temáticas era de primordial importância. Data dessa época, portanto, a criação do IBGE órgão que atuou enquanto suporte da maquinaria estatal no que concerne à

implementação de políticas públicas, bem como enquanto núcleo administrativo central responsável por formular e executar políticas territoriais.

Paralelamente à criação do IBGE, teve-se a criação das primeiras universidades brasileiras, no Distrito Federal e em São Paulo, sendo elas estruturadas no modelo universitário francês. Foi na Universidade de São Paulo – dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) –, que foi inaugurado o primeiro curso de Geografia, em moldes modernos, no país. Desse modo, estabeleceu-se uma significativa articulação entre o Instituto e as Universidades, enquanto os professores orientavam os estudantes para a docência e para o trabalho de campo, o IBGE treinava e formava geógrafos especializados.

Tem-se, pois, que inicialmente a constituição do quadro docente dessas universidades era composto por professores com influência da escola lablachiana, condição que, conseqüentemente, influenciou toda uma geração de geógrafos brasileiros. Foram esses os geógrafos os responsáveis pela formulação e execução das políticas territoriais durante o Estado Novo. Dentre as inúmeras políticas territoriais que se inscrevem nesse contexto, a primeira divisão regional do território brasileiro foi objeto da análise realizada no presente trabalho. A articulação desse modelo foi realizada pela Divisão de Geografia – unidade do Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão especializado do IBGE – sob direção do engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães.

A articulação de um modelo de divisão para o território nacional tratou-se de um projeto de suma relevância executado pelo IBGE. O estabelecimento de uma base de divisão territorial apresentou uma dupla faceta, tratou-se, portanto, de um dispositivo essencial ao atendimento da administração pública, tal como atuou enquanto ferramenta que buscou torpedear indiretamente os regionalismos remanescentes e resquícios de autonomias estaduais.

Observa-se que esse projeto empreendeu-se na constituição de uma nova conjuntura político-administrativa e concomitantemente na desarticulação dos regionalismos promovidos pela ordem oligárquica. O projeto de constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro, dirigido pelo Governo Vargas, não se deu sem resistência por parte da elite agrária. O enfrentamento à reação agrária se deu, no caso da elaboração da divisão regional, mediante a utilização de uma abordagem geográfica naturalista e neutra para a análise do espaço nacional.

A concepção “asséptica” da geografia vidaliana, ao defender a “necessária neutralidade do discurso científico”, buscou promover a despolitização aparente do temário dessa disciplina. Assim, em um contexto em que as decisões políticas deveriam ser

substituídas por soluções técnicas e modelos teóricos, essa abordagem além de possibilitar a promoção do cientificismo enquanto mecanismo modernizador justificou a tomada de decisões realizada tanto na teorização do espaço nacional, quanto em sua administração.

Assim sendo, a fundamentação teórico-metodológica utilizada por Guimarães e sua equipe na elaboração do artigo “*Divisão Regional do Brasil*” – que selecionou a divisão regional desenvolvida por Delgado de Carvalho em 1913 como modelo oficial para o Estado brasileiro – demonstra a acentuada influência dos preceitos lablachianos. Desse modo, tem-se que cabedal teórico-metodológico inscrito na escola lablachiana serviu enquanto instrumental conceitual para a articulação de uma base de divisão do território que garantisse a promoção e resguardo dos interesses da classe dirigente.

A reflexão acerca dos aspectos e intencionalidades que subjazem à articulação do ordenamento territorial brasileiro foi o propósito do presente texto. Diante da discussão realizada foi possível apreender a intrínseca relação estabelecida entre conhecimento acadêmico-científico, especificamente no que concerne à Ciência Geográfica, e interesses políticos. A consubstancialização dessa relação, conforme tratado pelo trabalho, efetuou-se através da elaboração do arcabouço conceitual, teórico e metodológico do modelo da primeira divisão regional do Brasil, datada de 1942.

A assimilação da manipulação da Ciência Geográfica, de modo a legitimar uma dada leitura e interpretação do território nacional em vias de integração socioespacial, fundamentando o projeto político de constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro constitui-se como corolário deste trabalho.

Fica evidente, em conclusão, que na articulação da primeira divisão regional do Brasil de 1942, o princípio da “objetividade” e condenação da vinculação entre pensamento geográfico e interesses políticos – intrínsecos cabedal teórico-metodológico inscrito na escola lablachiana –, foram utilizados como instrumentos que serviram aos interesses da classe dirigente.

Assim, o Governo Vargas, durante o Estado Novo, embora defendendo a narrativa de racionalidade administrativa – cujas decisões políticas deveriam pautar-se em soluções técnicas e “fórmulas científicas” –, se valeu da manipulação de análises espaciais, que se diziam despretensiosas e desvinculadas de interesses políticos, para validar e legitimar interesses e empreendimentos políticos relativos a seu programa de governo.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Patrícia. **O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira**. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n.º. 3, 2014.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 24 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 24.609, de 06 de julho de 1934**. Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934, Página 14257 (Publicação Original).

DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. **As regiões naturais máximas**. Boletim Geográfico. Ano II, N.13. Abr. 1944.

_____. **Metodologia do ensino geográfico**. 1913.

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**, *Terra Brasilis (Nova Série)* [online], 3 | 2014, posto online no dia 26 agosto 2014, consultado 01 de abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.990.

DA SILVA, José Borzacchiello. **Milton Santos: a geografia, o Brasil, a França, o mundo**. Mercator, v. 1, n. 1, 2002.

DE CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Editora Vozes, 2019.

DE LA BLACHE, P. Vidal. **Des caractères distinctifs de la géographie**. In: *Annales de géographie*. Armand Colin, 1913. p. 289-299.

DE LA BLACHE, Paul. Vidal **Principes de géographie humaine**, Paris, Armand Colin, 1921, p.104.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Globo, 1958.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. São Paulo: São Paulo Editora S. A., 1976.

FEBVRE, Lucien; FEBVRE, Lucien Paul Victor. **La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire**. Renaissance du livre, 1922.

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Geographia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.2-25, 1999.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GUIMARÃES, F. M. S. **Divisão regional do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 3, n 2, p. 318-373, abr /jun 1941.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. Edusp, 1999.
- LIRA, Larissa Alves de. **A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-185 jul |dez 2017.
- MACHADO, Lia Osório. **Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)**. Geografia: conceitos e temas, v. 6, p. 309-352, 1995.
- MAGNAGO, Angélica Alves. **A divisão regional brasileira: Uma revisão bibliográfica**. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 65-92, 1995. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.
- MEC, Ministério da Educação. **História**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 12 maio 2021.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, Vitória, n. ju 2001, p. 105-113, 2001. DOI: 10.7147/geo2.1145.
- _____. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- _____. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005a.
- _____. **Território e história no Brasil**. Annablume, 2005b
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**, 1993.
- PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIAGRÁFICA (S.G.E.F). **O Conselho Nacional de Geografia na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal.**

Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 4, p. 639-643, out, 1940.

VARGAS, GETÚLIO. **Proclamação ao povo brasileiro.** Biblioteca da Presidência da República. Rio de Janeiro, 1937. URL:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>.